



Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 29.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Fiori Luiz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) Sr. Presidente, salvo erro de matemática, parece-me que não há número legal para abertura da sessão, e, regimentalmente, gostaria de requerer de Vossa Excelência, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Há quorum para abertura dos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o nº 000348/80, do Senhor ADOLPHO ALVAREZ NETO, Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, nos seguintes termos: "Requeiro, após ouvido o Plenário, para que esta Casa envie ofícios aos Excelentíssimos

Senhores General JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, Digníssimo Presidente da República, Presidentes do Senado e Câmara Federal e às Assembléias Legislativas dos Estados manifestando o nosso apoio irrestrito a propositura apresentada pelo nobre Deputado Estadual José Eduardo Rodrigues, visando a defesa dos direitos e prerrogativas dos Vereadores, através da emenda Constitucional, acrescentando parágrafo único ao artigo 117 da Constituição do Estado, objetivando a inviolabilidade no exercício de seus mandatos por opiniões, palavras e votos. Para conhecimento dos Nobres Edís, anexamos cópia da Moção nº 128/79, apresentadas pelos Vereadores EURÍPEDES SALLES e outros, que solicita a manifestação desta Casa de Leis a respeito do assunto. Outrossim, requeiro, seja enviado ofício cumprimentando ao Vereador Marcos Nascimento, de Três Fronteiras, pela apresentação de Moção de apoio ao Deputado Estadual José Eduardo Rodrigues por sua brilhante e feliz propositura. E que se oficie à Câmara Municipal de São Paulo e ao Deputado José Eduardo Rodrigues, manifestando as providências tomadas por esta Casa de Leis. **Ciente. Arquite-se.**

Sob o nº 000419/80, do Senhor ADOLPHO ALVAREZ NETO, Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, nos seguintes termos: "Requeiro, após ouvido o Plenário, para que sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores: Ministro da Justiça, Secretário de Estado da Justiça de São Paulo e Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, dando total apoio à propositura apresentada pelo Vereador LUIZ ALESINA da Câmara Municipal de Mauá, sugerindo-lhes que estudem a possibilidade de serem implantadas, no país, cidades presídios, visando resolver o problema penitenciário no Brasil. Para conhecimento dos Senhores Edís, anexamos cópia do Requerimento nº 472/79, com suas justificativas apresentadas pelo Vereador Luiz Alesina e que foi aprovado pela Câmara Municipal de Mauá. Requeiro, ainda que se oficie à todos os Governadores e Presidentes das Assembléias Legislativas do nosso País, solicitando apoio a esta propositura. **Ciente. Arquite-se.**

Sob o nº 000420/80, do Senhor ADOLPHO ALVAREZ NETO, Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, nos seguintes termos: "Requeiro, após ouvido o Plenário, para que sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores General JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, Presidente da República, EDUARDO MATTOS PORTELA, Ministro da Educação, WALDIR MENDES ARCOVERDE, Ministro da Saúde, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente das Assembléias Legislativas de nosso País, manifestando o nosso irrestrito apoio a propositura apresentada pelo Vereador ALDO PEDRO CONELIAN, da Câmara Municipal de Marília, que solicitou providências no sentido de promoverem a volta dos cursos para oficial de Farmácia extintos há mais de dez anos. Para melhor conhecimento dos nobres Edís, anexamos cópia do requerimento nº 419/79, do Vereador EURÍPEDES SALLES e outros da Câmara Municipal de São Paulo, reivindicando o apoio desta Casa para a iniciativa apresentada pelo colega da Câmara Municipal de Marília.

Requeiro, ainda, que esta Casa envie ofícios às Câmaras Municipais de Marília e São Paulo, cientificando-as das pro-

vidências tomadas por esta Casa de Leis. Ciente. Arquive-se.

Sob nº 11/80, do Senhor Dr. SILVIO JOSÉ GAZDA, Chefe do Centro de Saúde e do Bem Estar Social da Capital, nos seguintes termos: comunicando o resultado oficial da Campanha de Vacinação anti-pólio (contra paralisia infantil) 2ª Dose, efetuada no dia 29 de março próximo passado, em passe de mágica, com ajuda da COMUNIDADE. Agradece a colaboração de todos, pelo cumprimento do dever, com um sincero MUITO OBRIGADO e desde já esperamos que no dia 14 de junho (dia NACIONAL da vacinação contra paralisia infantil) esteja cada qual em seu posto. Ciente. Arquive-se.

OFÍCIO Nº 30/80

Curitiba, 18 de abril de 1.980.

Senhor Presidente.

Indico os Senhores Deputado Renato Loures Bueno, Aguinaldo Pereira Lima, Gabriel Manoel e Jurandir Messias, como titulares, e os Deputados Tulio Zanchet, Francisco Escorsin, José Domingos Borges Teixeira e Werner Wanderer, na condição de suplentes, para comporem a Comissão de Inquérito para investigar possíveis irregularidades no Detran.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Sr. DELAZIR TEIXEIRA, Presidente da Associação dos Servidores Municipais de Paranaguá, eleito pela Chapa "ELPIDIO FABRIZZI", bem como, para todos os seus integrantes.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1.980.

a) Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente, consubstanciado em veemente apelo, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de visualizar a possibilidade de ser incluída, na Reforma da Organização Judiciária do Estado, a criação e instalação do Distrito Judiciário de Praia de Leste, com jurisdição até Pontal do Sul e Colônias.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1.980.

a) Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA: A criação e instalação do Distrito Judiciário de Praia de Leste constitui reivindicação das mais reclamadas, diante do aumento constante de situações que exigem, na atualidade, deslocamentos até Paranaguá, para o encontro de soluções, com acentuado dispêndio de numerário, perda de tempo etc. Inegável é o progresso que atinge o litoral paranaense, na orla marítima, principalmente na faixa entre Praia de Leste e Pontal do Sul, justificando a adoção de medidas que facilitem a vida da população fixa e da que aumenta em épocas de temporadas. Pelos argumentos expendidos e pelo que poderá ser suprido, a criação e instalação do Distrito Judiciário de Praia de Leste representará fator de economia e satisfação para todos os que têm interesse

naquela progressiva região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidade, REQUER seja encaminhada solicitação ao Ministro da Justiça para que imediatamente sejam liberados todos os presos (operários, líderes sindicais, religiosos) em razão da greve econômica dos metalúrgicos de São Paulo, para que possam responder em liberdade e com ampla defesa, colocando-se um fim às detenções arbitrárias e aplicação de leis de exceção, como a famigerada Lei de Segurança Nacional.

Só assim, teríamos assegurada um pouco de liberdade sindical, bem como o Brasil poderia assistir que a abertura tão propalada pelo Governo também alcançara os trabalhadores, pois a estes tem sobrado só a filosofia do "prender e arrebentar".

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1.980.

a) Nilton Friedrich.

Apoio: Darcy Deitos, Deni Schwartz, Trajano Bastos, Fidelcino Tolentino, Gernote Kirinus, Fiori Luiz, Lineu Turra, Tadeu Lúcio Machado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Secretário de Estado da Cultura e Esportes, Sr. LUIZ ROBERTO SOARES, para construção de um módulo esportivo, no Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1.980.

a) David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA: A presente solicitação prende-se à necessidade veemente da juventude daquele município de desenvolver atividades esportivas, sendo que o Município de Guaraniaçu conta atualmente com uma população superior a 50 mil habitantes dos quais 60% atravessando faixa etária na qual a prática desportiva é fundamental. Sendo ainda sabedor que esta Secretaria tem implantado os módulos esportivos em grande número de municípios deste Estado. Como o município ora citado encontra-se dentre os mais desenvolvidos e progressistas sendo um dos grandes produtores de soja proporcionando ao nosso Estado motivo de orgulho e desenvolvimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, reiterando pedido deste Deputado, no sentido de que sejam efetuados urgentes reparos na Estrada do Cerne que liga Curitiba à Piraí do Sul, visto que a mesma encontra-se em estado de total abandono.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1.980.

a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Administração solicitando de Sua Excelência providências no sentido de que seja construído uma escola de 1.º Grau na localidade de Colônia Baldino Cunha, Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1.980.

a) Carlos Zanlorenzi.

JUSTIFICATIVA: A medida se faz necessária em virtude das péssimas condições da escola ali existente já que sua construção data de 1.908 e a partir de então somente foi reformada parcialmente em 1.956.

A construção de um novo prédio beneficiaria sobremaneira as 60 crianças que ali estudam e, atualmente encontram as piores condições possíveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, se oficiem aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Saúde, da Previdência Social e da Justiça, respectivamente Waldir Arcoverde, Jair de Oliveira Soares e Ibrahim Abi-Ackel, protestando contra a implantação de um sistema burocrático de Planejamento Familiar, de que políticos e imprensa nos dão conta; e aos presidente e secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB —, Dom Ivo Lorscheider e Dom Luciano Mendes de Almeida, respectivamente, aplaudindo as posições da Igreja sobre o momentoso assunto.

Sala das sessões, em 22 de abril de 1.980.

a) Deni Schwartz.

JUSTIFICATIVA: O problema da natalidade tem um aspecto geral que tem sido analisado e avaliado, gerando direitos sociais individuais relacionados com a obrigação do Estado de prever e prover assistência econômica, social e cultural à família, à maternidade e à infância.

Os povos civilizados não diferem muito a respeito dos direitos e garantias aos indivíduos e à família constituída. Também a respeito da infância, pelo menos constitucionalmente e nas leis o sentido de proteção e assistência é objeto de prescrições legais.

As práticas podem ser muito diferentes, mas o reconhecimento de direitos e deveres legais não é contraditório quanto aos objetivos das legislações.

A abordagem do problema da natalidade no mundo atual demonstra que nos países desenvolvidos ela se correlaciona cada vez mais com as condições de participação no trabalho, a segurança social e a estabilidade dos indivíduos que compõem a família.

Nos países subdesenvolvidos, o subemprego, a insegurança social e a instabilidade dos indivíduos criam um quadro de miséria e insegurança em que a educação, a saúde e o bem-estar são seriamente afetados, não permitindo que milhões de pessoas à margem dos benefícios do desenvolvimento possam assumir um papel consciente e ativo na sociedade, em seu meio, para seu próprio interesse.

Podemos afirmar que o planejamento familiar vem sendo adotado crescentemente nos países desenvolvidos e que, nos subdesenvolvidos, quem planeja a família é o Estado. E o curioso é que esse Estado não é a nação organizada; e sim uma minoria que se orienta pelos padrões do mundo desenvolvido, a ele está ligada, e pretende impor aos demais a sua vontade.

Nos países desenvolvidos, o consenso social autoriza a legislação estatal a estimular ou desestimular a natalidade, em consequência das próprias condições de vida e da atividade econômica e social. Nos subdesenvolvidos, o consenso é tomado como vontade de um grupo, uma elite econômica que se acredita elite política e social.

É que os Estados enamorados do fascismo não consideram os interesses dos indivíduos nem das classes sociais em seu conjunto, e sim a partir dos grupos doutrinários que respondem pelos interesses sociais e econômicos de toda a coletividade nacional, e são os agentes executivos da sociedade. Ou se preferirmos, o Estado são os grupos econô-

micos mais poderosos que se organizam através de uma doutrina de segurança nacional, de integração da nacionalidade e de desenvolvimento econômico e social. Esta é a formação de "elite" dos Estados fascistas.

O planejamento familiar deve ser a ação consciente dos indivíduos, como sua participação econômica, social e política. Porém, ele só é possível quando os homens detem seus direitos de decidir sobre sua situação, sobre a melhor formação política e social, sobre suas atividades econômicas.

O direito de participar, de decidir está intimamente ligado ao direito de planejar sua própria família. O direito de educar-se praticando a responsabilidade consciente.

No Brasil, a tecnoburocracia e os grandes grupos já decretaram a minoridade política, econômica e social dos brasileiros. Impuseram um estatuto de cidadãos de segunda classe a 90% do povo brasileiro; e, suprema ironia, consideram que esse povo não deve decidir sobre sua própria família, como não pode escolher sua própria atividade econômica, como não pode decidir e autodeterminar-se politicamente.

As elites agressivas e sofisticadamente ignorantes pretendem controlar a vida familiar dos 90 milhões de brasileiros que não repartem o bolo nacional de renda.

Dom Luciano Mendes de Almeida, secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, disse: "...A decisão sobre o planejamento da própria família cabe, por direito e dever inalienáveis, ao próprio casal, à luz das exigências da paternidade e maternidade responsável...

"O governo nunca terá o direito de impor ao povo uma regulação compulsória da natalidade, sob o pretexto de com ela combater a miséria e viabilizar o desenvolvimento e progresso econômico. Não se luta eficazmente contra a pobreza, limitando-se a natalidade; regula-se a natalidade, erradicando a miséria. Mais do que programas de controle de natalidade, o que se espera do governo são medidas de política econômica com equitativa e justa distribuição de renda. Não adianta mais esconder essas coisas".

Uma síntese feliz do prelado. O que está em causa, para o governo, não é o atendimento da população brasileira; e sim a manutenção dos privilégios. E como não se pode exterminar rapidamente a população pobre que dá o trabalho mas não recebe sua parte da riqueza social gerada; a solução é diminuir a pressão populacional. É impor o controle da natalidade.

Nesse programa aberrante há a convergência de interesses que vão desde uma indústria farmacêutica a procura de maior clientela, à indústria médica, esquemas de financiamento e, quem sabe, outras multinacionais.

Talvez já esteja pronto um grande programa — num país em que não se conseguem programas sérios para erradicar a poliomielite, a tuberculose, e principalmente a desnutrição — em que a exemplo da Índia, cada cidadão submetido à vasectomia recebe um rádio transistorizado ou um guarda-sol. Ou, até mesmo, um "cestão da economia".

Cada mulher submetida ao Diu, ou "iniciada nas pílulas" pagas com os recursos públicos a multinacionais, poderá receber uma lata de leite, um sapato "Conga", um tecido da Rodia ou simplesmente remédios para seus filhos.

Ora, é impossível compactuar com esse plano que se configura uma síntese de todas as experiências negativas do modelo brasileiro. Precisamos levar nosso protesto contra esse projeto antinacional e antipopular.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos

Senhores NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado, NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes e EULER MERLIN, digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando a estadualização do trecho de estradas que liga a BR-277 passando pelos Distritos de Borman, Medeiros até a divisa com o Município de Quedas do Iguaçu nas margens do Rio Guarani.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980.

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA: O referido trecho de rodovia se encontra em precário estado não oferecendo condições de tráfego.

Nas épocas de chuvas, a situação se agrava tornando impraticável o transporte da grande produção de feijão, soja, trigo e outros cereais, além de madeiras, originados daquela região.

O tráfego de veículos pesados ou mesmo de ceifas, para fazer as colheitas torna-se difícil, causando grande prejuízo à região, e ao próprio Estado.

Sendo estrada transmunicipal, atualmente conservada a nível de município, sem verbas suficientes para essa finalidade, é imperiosa a sua estadualização.

Ao passar tal atribuição ao D.E.R., que possui maiores recursos, essa mudança trará inúmeros benefícios de natureza econômica, social e até política.

Ao lado disso, convém ressaltar que o Estado não tem sequer uma estrada no município, o que impede, de certa forma o seu desenvolvimento. A sua produção de arroz, feijão, trigo, soja e sobretudo milho, permite a grande expansão da suinocultura, a qual hoje é feita em larga escala.

Não obstante, há gestões adiantadas da parte da empresa SADIA implantar até um complexo industrial próximo à sede municipal, aproveitando a agricultura, pecuária, suinocultura e avicultura, o que demandaria uma atenção específica do governo, no sentido de fixar o homem do campo no seu "habitat" costumeiro.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei nº 30/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Município de BOA VISTA DA APARECIDA, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com as seguintes divisas:

“Ao norte, preservando-se a atual divisa com o Município de Cascavel, limita-se com este por uma linha seca que parte do rio Andrada, no sentido oeste-leste até alcançar o rio Tormenta; a leste, tendo como divisa o rio Tormenta, no sentido norte-sul, até a foz deste, no rio Iguaçu, limita-se com os municípios de Catanduvas e o recém criado Município de Três Barras do Paraná; ao sul, tendo por divisa o rio Iguaçu, a partir da foz do rio Tormenta, até a foz do rio Andrada, no sentido leste-oeste, limita-se com o recém criado Município de Nova Prata e com o Município de Realeza, a Oeste, limita-se com o remanescente Município de Capitão Leônidas Marques, tendo por divisa o rio Andrada, desde sua foz, rumo norte, até o marco divisório com o Município de Cascavel, ponto de partida, fechando o perímetro”.

Art. 2.º — Fará parte do município de Boa Vista da Aparecida, o recém criado distrito de Alto Alegre do Iguaçu, com as divisas constantes da lei nº 7.298/80.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1980.

a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA: A Lei complementar nº 01/67, exige que um distrito, para se emancipar, necessita de representação de pelo menos 100 (cem) eleitores residentes e domiciliados na área que deseja o desmembramento, com as firmas reconhecidas, o que ficou atendido pelo abaixo-assinado anexo, com firmas reconhecidas de 151 (cento e cinquenta e um) eleitores.

Por força da mesma lei, a população deve ser superior a 10.000 (dez mil) habitantes, o que está cumprido na forma da certidão fornecida pelo I.B.G.E., sendo obrigatório ter pelo menos 10% (dez por cento) de eleitores da população, estando claro pela certidão do T.R.E., que há no distrito, 4.207 (quatro mil duzentos e sete) eleitores no final de 1979.

O centro urbano conforme o I.B.G.E. certifica é composto de muito mais de 200 (duzentas) casas, tendo hoje uma expressiva arrecadação estadual de impostos, além desta emancipação não causar ao município de origem — Capitão Leônidas Marques — a perda dos requisitos legais para continuar sendo município.

Além dessas exigências da Lei Federal apontada, a lei orgânica dos municípios — Lei Complementar nº 02 de 18.06.73 — do Paraná — estabelece que o Distrito emancipando deve ter pelo menos 04 (quatro) anos de existência, o qual, a rigor, foi criado em 1.967 pela Lei Estadual nº 5.705 de 13.11.67. Parte do seu território e do Distrito de Santa Lucia, deu origem ao distrito de Alto Alegre do Iguaçu pela Lei Estadual nº 7.298 de 17 de janeiro de 1980, tudo conforme fotocópias dos Diários Oficiais do Estado nºs 215 e 719 respectivamente, o qual fará parte do município emancipando.

A área do atual município de Capitão Leônidas Marques é de 663,27 Km², enquanto ao novo município pertencerá cerca de 333,27 Km², com apenas uma divisa por linha seca, já antiga e com o município de Cascavel consoante elúcida o mapa anexo.

A emancipação de BOA VISTA DA APARECIDA, é reivindicada pela sua população há vários anos, mas somente agora torna-se viável, em razão dos Atos institucionais e adicionais terem sido revogados.

Contando com 4.207 (quatro mil duzentos e sete) eleitores no final do ano passado, seu contingente supera o de muitas outras comunas paranaenses.

Passando à condição de Município, BOA VISTA DA APARECIDA passará a gerir o seu próprio destino e tratando diretamente dos seus interesses com o Governo do Estado, dele recebendo efetivo apoio no setor creditício, administrativo, infra estrutura e outros benefícios levados a diversas outras sedes municipais, contando já com um sistema telefônico de múltiplos canais em fase de instalação.

Possui um entreposto da COOPAVEL (Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda) com larga capacidade de armazenamento e secagem de produtos agrícolas, além de outras unidades armazenadoras particulares. Contando ainda a população com uma agência bancária onde 1.770 correntistas manejam seus recursos financeiros, dispondo ainda de 1.000 (hum mil) depositantes em cadernetas de poupança que alcançam a cifra de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros). Os empréstimos rurais chegaram a Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), e os empréstimos comerciais atingiram Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros). A arrecadação mensal média nessa agência, relativamente a INPS — FGTS e ICM e outros, no final de 1979, que é limitada, alcançou o valor de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).

A produção agrícola, hoje em expansão, caracteriza-se

pela sua diversificação, acentuando-se, sobretudo, o plantio de soja, milho, trigo, feijão, arroz, além de possuir grande plantel pecuário, notadamente bovino.

A presença da COOPAVEL ali no distrito, equacionou a agricultura, e desenvolveu a produção de suínos, que é feita em larga escala. B.V.A. vive sua própria vida sócio-econômica, cultural e política completamente distanciado da hoje sede do Município de Capitão Leônidas Marques. Isto se deve a diversos fatores, entre os quais, a precária ligação rodoviária, acentuada pelo grande obstáculo do Rio Andradá, somente transposto através de precária balsa de tração manual, mediante cabo de aço.

Por outro lado, a população da sede do Município, bem como do território que lhe será preservado por esta Lei é composta de povo basicamente provindo do Rio Grande do Sul, com costumes, hábitos e etnias peculiares àquela região, enquanto que Boa Vista da Aparecida é formada por uma multiplicidade de procedências nacionais, tendo sua ligação sócio-econômica fundamentalmente vinculada ao Município de Cascavel, visto que as estradas favorecem este intercâmbio.

A outra parte do município original é servida por uma via asfáltica que liga seu extremo oeste, tanto com o Município de Cascavel como com o Município de Realeza, razão pela qual, além do obstáculo do Rio Andradá, obriga a Boa Vista da Aparecida a ter uma vida praticamente independente da sede do município.

A aspiração de adquirir uma autonomia político-administrativa é antiga, tendo se agravado com a pavimentação da rodovia Cascavel-Realeza, a qual isolou completamente o Distrito emancipando.

A própria verificação da situação geográfica do município "mater" e dos Distritos de Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre do Iguaçu, justificam a pretensão da população, tanto desta parte quanto do remanescente do Município, o que poderá ser verificado através da jurídica consulta plebiscitária.

Não há qualquer impedimento de natureza legal, econômica, social ou política, de vez que é uma aspiração que consulta os interesses de todos os munícipes. E com relação a arrecadação, nenhum prejuízo trará que comprometa a estabilidade ou a autonomia de um ou de outro.

Observa-se, finalmente, pelo incluso levantamento feito no tabelionato local, que a média anual de casamentos e nascimentos tem sido crescentes, salientando-se que grande parte desses registros ainda são feitos em Cascavel, polo catalizador das atividades econômicas, sociais e políticas da região, onde o Banco do Brasil detém parcela significativa das atividades bancárias ligadas à agricultura e pecuária.

O projeto aqui descrito está fartamente ilustrado por fotografias coloridas tiradas ainda no segundo semestre de 1979, as quais retratam algumas conquistas do povo pelo seu trabalho, ao mesmo tempo que permite o legislador uma visão mais realista da sua situação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra, com satisfação, a presença, em nosso plenário, do Professor Daniel Tavares, Reitor da Universidade de Ponta Grossa, bem como de Rogério Pelissari, do Corpo Docente da referida Universidade.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ -- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos apresentando a esta Casa um requerimento, pedindo que seja enviado aos Ministros da Saúde e da Previdência Social e da Justiça, em protesto contra a implantação do Sistema de Planejamento Familiar e também à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aplaudindo a posição daquela conferência.

JUSTIFICATIVA:

O problema da natalidade tem um aspecto geral que tem sido analisado e avaliado, gerando direitos sociais e individuais relacionados com a obrigação do Estado de prever e prover assistência econômica, social e cultural à família, à maternidade e à infância.

Os povos civilizados não diferem muito a respeito dos direitos e garantias aos indivíduos e à família constituída. Também a respeito da infância, pelo menos constitucionalmente e nas leis o sentido de proteção e assistência é objeto de prescrições legais.

As práticas podem ser muito diferentes, mas o reconhecimento de direitos e deveres legais não é contraditório quanto aos objetivos das legislações.

A abordagem do problema da natalidade no mundo atual demonstra que nos países desenvolvidos ela se correlaciona, cada vez mais, com as condições de participação no trabalho, a segurança social e a estabilidade dos indivíduos que compõem a família.

Nos países subdesenvolvidos, o subemprego, a insegurança social e a instabilidade dos indivíduos criam um quadro de miséria e insegurança em que a educação, a saúde e o bem-estar são seriamente afetados, não permitindo que milhões de pessoas à margem dos benefícios do desenvolvimento possam assumir um papel consciente e ativo na sociedade, em seu meio, para seu próprio interesse.

Podemos afirmar que o planejamento familiar vem sendo adotado crescentemente nos países desenvolvidos e que, nos subdesenvolvidos, quem planeja a família é o Estado. E o curioso é que este Estado não é a nação organizada; e sim, uma minoria que se orienta pelos padrões do mundo desenvolvido, a ele está ligada, e pretende impor aos demais a sua vontade.

Nos países desenvolvidos, o consenso social autoriza a legislação estatal a estimular ou desestimular a natalidade, em consequência das próprias condições de vida e da atividade econômica e social. Nos subdesenvolvidos, o consenso social é tomado como vontade de um grupo, uma elite econômica que se acredita elite política e social.

É que os Estados enamorados do fascismo não consideram os interesses dos indivíduos, nem das classes sociais em seu conjunto, e sim, a partir dos grupos doutrinários que respondem pelos interesses sociais e econômicos de toda a coletividade nacional, e são os agentes executivos da sociedade. Ou se preferirmos, o Estado são os grupos econômicos mais poderosos que se organizam através de uma doutrina de segurança nacional, de integração da nacionalidade e de desenvolvimento econômico e social. Esta é a formação de "elite" dos Estados fascistas.

O planejamento familiar deve ser a ação consciente dos indivíduos como sua participação econômica, social e política. Porém, ela só é possível, quando os homens detêm seus direitos de decidir sobre sua situação, sobre a melhor formação política e social, sobre suas atividades econômicas.

O direito de participar, de decidir está intimamente ligado ao direito de planejar sua própria família. O direito de educar-se praticando a responsabilidade consciente.

No Brasil, a tecnoburocracia e os grandes grupos já decretaram a minoridade política, econômica e social dos brasileiros. Impuseram um estatuto de cidadãos de segunda classe a noventa por cento do povo brasileiro; e, suprema ironia, consideram que esse povo não deve decidir sobre sua própria família, como não pode escolher sua própria atividade econômica, como não pode decidir e se autodeterminar politicamente.

As elites agressivas e sofisticadamente ignorantes pretendem controlar a vida familiar dos noventa milhões de brasileiros que não repartem o bolo nacional de renda.

Dom Luciano Mendes de Almeida, secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, disse: ... "a decisão sobre o planejamento da própria família cabe, por direito e dever inalienável,

náveis, ao próprio casal, à luz das exigências da paternidade e maternidade responsável...

"O governo nunca terá o direito de impor ao povo uma regulação compulsória da natalidade, sob o pretexto de com ela combater a miséria e viabilizar o desenvolvimento e progresso econômico. Não se luta eficazmente contra a pobreza, limitando-se a natalidade; regula-se a natalidade, erradicando a miséria. Mais do que programas de controle de natalidade, o que se espera do governo são medidas de política econômica com equitativa e justa distribuição de renda. Não adianta mais esconder essas coisas".

Uma síntese feliz do prelado. O que está em causa, para o governo, não é o atendimento da população brasileira; e sim, a manutenção dos privilégios. E como não se pode exterminar rapidamente a população pobre que dá o trabalho mas não recebe sua parte da riqueza social gerada; a solução é diminuir a pressão populacional. É impor o controle da natalidade.

Nesse programa aberrante há a convergência de interesses que vão desde uma indústria farmacêutica e procura de maior clientela, à indústria médica, esquemas de financiamento e, quem sabe, outras multinacionais.

Talvez já esteja pronto um grande programa — num país em que não se conseguem programas sérios para erradicar a poliomielite, a tuberculose, e principalmente a desnutrição — em que a exemplo da Índia, cada cidadão submetido à vasectomia recebe um rádio transistorizado ou um guarda-sol. Ou, até mesmo, um "cestão da economia".

Cada mulher submetida ao Diu, ou "iniciada nas pílulas" pagas com os recursos públicos a multinacionais, poderá receber uma lata de leite, um sapato "Conga", um tecido da Rodhia ou simplesmente remédios para seus filhos.

Ora, é impossível compactuar com esse plano que se configura uma síntese de todas as experiências negativas do modelo brasileiro. Precisamos levar nosso protesto contra esse projeto antinacional e antipopular.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é do conhecimento de todos, realizou-se na cidade de Santo Antônio da Platina a marcha da cafeicultura contra o confisco cambial do café.

Tivemos oportunidade de acompanhar o movimento desde os preparativos até sua realização. Tudo foi preparado com bastante euforia pelos cafeicultores, tais como: faixas de protestos, desfile de máquinas agrícolas, mobilização da imprensa em nível nacional, fogos de artifícios etc. ...

Porém, na manhã de domingo, os organizadores do movimento, com bastante preocupação, pediam moderação aos participantes, impediam a exposição de faixas que pudessem ofender a política econômica do Governo, e houve até cafeicultor que confessou estar satisfeito com o confisco do café e que participava do movimento apenas em solidariedade ao Sr. Garibaldi Reale.

Dentro da programação estava marcada bênção às máquinas agrícolas através do pároco local, o que não aconteceu, pois o pároco e seu auxiliar sumiram misteriosamente.

Houve até tentativa de agressão por parte dos organizadores quando o cafeicultor Santinho Furtado insistia em manifestar o seu ponto de vista a uma emissora de TV. Só não acontecendo por interferência de populares.

Em síntese, o que se pode apurar desse movimento no aspecto positivo:

- O clima de festa proporcionado pelos organizadores, pois foram queimadas algumas centenas de fogos de artifícios.
- O desfile de máquinas agrícolas, caminhões e automóveis que lembrou a festa de São Cristóvão, porém, sem padre,

ele sumiu...

— A divulgação de Santo Antônio da Platina, pois foi manchete nos principais órgãos noticiosos do País.

No aspecto negativo:

- A falta de coragem dos organizadores do movimento.
- A eficácia da pressão do poder e do sistema que fez calar, quase que como em um passe de mágica, os organizadores do movimento.
- O desalento dos manifestantes que viram de perto o esvaziamento dos seus objetivos.
- A demonstração de subserviência de homens que deveriam aproveitar a sua liderança para defenderem os reais interesses do povo brasileiro.

O confisco com certeza vai continuar, porém sem protestos públicos, e os cafeicultores jamais serão ouvidos pelo Governo, pois ao que parece, o Governo detém em sua mão o poder de fazer calar os grandes cafeicultores.

Porém os pequenos produtores de café depositaram em seus líderes confiança total, voltaram para suas casas desanimados embora conscientes que somente eles conseguirão continuar lutando pela derrubada do confisco sem terem que ceder à pressão do poder central.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já na última sessão, na sexta-feira, estávamos e demonstramos a nossa preocupação desta tribuna, pelos lamentáveis acontecimentos que causaram a intervenção nos Sindicatos do ABC. Enquanto que no progar de todos os partidos políticos, inclusive no PDS, inclusive no projeto de abertura brindada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Baptista Figueiredo, constam como metas a liberdade sindical e o direito à greve. No entanto, falta constar na prática esta liberdade sindical e este direito à greve.

Porque o que ocorre, na prática, é uma abertura, sim senhor. Ainda anteontem abriram a cabeça de um operário com uma cacetada. Em São Paulo foram abertos os portões dos quartéis da Polícia, e foram soltos na rua para prenderem e matarem. Abriram-se caminhos para a violência contra o movimento pacífico dos operários, em São Paulo. Abriram-se os cofres das poderosas seguradoras, para indenizar uma Volkswagen, seis milhões de cruzeiros, pelos prejuízos causados pela greve do ano passado. Esta é de fato a abertura que vem ocorrendo na prática.

Mas, temos certeza de que não é esta a abertura que o povo está a exigir e está a clamar. Por outro lado, a decantada abertura, com a reformulação partidária, sofreu um dos seus maiores reveses exatamente com o episódio das greves, em São Paulo. Mas uma abertura de fato e autêntica está ocorrendo, por outro lado, que é a abertura das portas da Igreja para apoiar, para socorrer os grevistas constantemente perseguidos, presos e combatidos.

A Igreja abriu as suas portas aos metalúrgicos do ABC, porque ela está fundamentada naquele que certa vez disse a um povo, há milênios de anos atrás, quando este povo estava escravizado no antigo Egito, de que tinha ouvidos para ouvir o clamor e o sofrimento do seu povo.

Por esta razão a Igreja está solidária, está ao lado dos trabalhadores, está ao lado do trabalho, está ao lado do oprimido. E, resta-nos perguntar agora: e nós, parlamentares, e o Governo vai continuar ao lado do capital? E mais grave ainda, ao lado do capital estrangeiro?

Está é a nossa pergunta, é o desafio que lançamos no momento em que se fala em abertura e se pratica exatamente o contrário contra os pobres operários, contra aqueles que reivindicam o que é justo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Nelson Friedrich, no Pequeno Expediente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O País assiste o confronto entre o Brasil real e o Brasil formal. O Brasil real é o que está confinado no ABC paulista e o Brasil formal está situado no Planalto, onde a tecnoburocracia continua toda poderosa, preocupada mais em buscar saídas - casuísticas à realidade brasileira, do que na verdade enfrentar cara a cara a problemática nacional.

Não há dúvida de que neste País, o confronto ABC-Brasília toma um novo contorno, porque mais do que nunca a questão social que não pode ser tratada como questão de polí- cia, está servindo e poderá servir, ainda mais, para possíveis justificativas de retrocessos ou de agressões de toda a ordem.

Nunca haveremos de nos cansar de dizer de que o direito de greve é fundamentalmente um direito do sistema capitalista, onde no confronto capital-trabalho, resta ao trabalhador o recurso final da greve, da paralisação, do movimento paredista, para obter uma melhor distribuição da renda, ampliação dos seus salários e maior dignidade humana.

Portanto, se somos sistemas capitalistas, é que existem os direitos de greve, como são definidos na nossa legislação e em todas as legislações do mundo ocidental. Há que se definir este Governo; porque tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que por trás das prisões arbitrárias que estão acontecendo em São Paulo, onde não só os trabalhadores estão sendo presos, mas juristas de renome internacional, como também membros da Igreja de São Paulo, significam tais prisões, o interesse de muitos em se aproveitarem deste instante e mostrarem suas mãos de rebeldia e de força contra os interesses dos trabalhadores.

Não temos a menor dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as prisões, como estão ocorrendo, definem claramente que a abertura política tão pregada e comentada, não chegou ainda no setor de trabalho deste País. A abertura, que apenas se esboça no setor parlamentar e em algumas atividades da vida pública deste País, não atingiu a classe trabalhadora. E a abertura, para a classe trabalhadora, resume-se em prender e arrebentar, resume-se em medidas violentas, prisões sem mandatos oficiais de segurança, resume-se em medidas que acabam tumultuando ainda mais, a já conflituada situação trabalho e capital neste País.

Ora, Sr. Presidente, como é possível nos definirmos em favor dos direitos humanos, quando todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade, à segurança de sua pessoa. Quando através da ONU e os Direitos Universais proclamaram: ninguém poderá ser arbitrariamente detido, preso, nem desterrado. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. Toda a pessoa tem direito a fundar sindicatos e a sindicalizar-se em defesa de seus interesses. Toda a pessoa, que trabalha, tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência conforme a dignidade humana e que será completada, caso necessário, por quaisquer outros meios de proteção social.

A disciplinação de tais assuntos, efetivada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, assinada pelo Brasil, precisa mais do que nunca, tal declaração ser acatada e respeitada.

Não nos cansaremos de trazer este tipo de denúncia, repercutindo pois em cada consciência, à sua maneira, o que significa esta convulsão social em que vive o País. Mas é preciso repetir e para concluir Sr. Presidente, que nunca resolveremos o problema social do País, com a polícia, com a repressão, com prisões arbitrárias. Isto significa, efetivamente o interesse daqueles que pretendem manter a atual realidade brasileira, satisfazendo alguns poucos em prejuízo da grande maioria.

Por isto estamos encaminhando, juntamente com a assi-

natura de outros Deputados, ao Ministro da Justiça, um pedido desta Assembléia, para a pronta liberação de todos os operários, líderes sindicais e outras pessoas que foram presas ou detidas na região do ABC. Bem como assegure os direitos constitucionais e inclusive as determinações da ONU, para que a liberdade sindical seja efetivada. Pela libertação dos presos, pela liberdade sindical e pelo direito de greve, o Brasil precisa se levantar agora, de maneira disciplinada, ordeira, para que se respeite a liberdade da pessoa humana ora representada pela dignidade dos trabalhadores do ABC. Isso o Brasil deve aos trabalhadores, deve ao trabalho, sob pena de amanhã, mais do que nunca, os arautos do retrocesso usarem de expedientes como já estão usando, para através da força, da violência e da arbitrariedade, somarem ainda mais os seus privilégios, em detrimento do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "As mágicas do Ministro do Planejamento, Sr. Del- fim Neto, já não mais resolvem, e à medida que os problemas brasileiros se agravam, não será surpresa se os tecnocratas do go- verno partirem para a única solução, que os mesmos conhe- cem e sempre conheceram, que é o aperto, o arrocho, enfim a recessão.

Mas esta cria mais problemas que fornece soluções, e eles sabem, que a mesma trará mais falências, mais concordatas, mais desemprego, mais desnacionalização de nossa economia, e por certo ela trará mais inconformismo, mais insatisfação, do que agora.

Eles, os tecnocratas, conhecem muito bem, que o nosso povo já não mais suporta a alta do custo de vida, os salários insuficientes, e, sabem perfeitamente que a recessão seria o encher do copo d'água, seria por certo o limiar do afundamen- to total do barco que já navega sem rumo.

A solução, Senhores Deputados, é alterar definitivamente o nosso quadro político, para que um governo realmente demo- crático assuma as rédeas do poder e conduza a nossa política econômica de acordo com os altos interesses de nosso povo, iniciando-se por uma reforma estrutural, de base, calcada numa reforma agrária, no controle imediato da produção industrial, chegando mesmo a expulsar as multinacionais, uma reforma total na distribuição de alimentos, para que o povo tenha acesso aos mesmos, e enfim encostar todos os grupos que exploram o nosso povo, na parede, para que os mesmos sejam sensibilizados e venham a contribuir definitivamente com o pro- gresso em nosso país e com a paz social.

Paz social esta definitivamente comprometida com os últimos acontecimentos que envolveram os metalúrgicos de São Paulo, e estão a envolver toda a classe trabalhadora brasileira, que já não mais acredita nas falsas promessas de abertura de um governo que até então não criou sistema algum que favore- cesse a mesma.

Porque o Ministério do Trabalho em vez de ser o órgão que estivesse à frente dos interesses dos trabalhadores no ABC Paulista, em vez de prosseguir no diálogo indispensável para as soluções do impasse, toma a medida absurda de intervir naqueles sindicatos e em seguida os líderes do movimento são presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, como se os mesmos fossem verdadeiros marginais e que estão a cometerem o único crime de reivindicar seus legítimos direitos.

O que a Nação brasileira viu e assiste foi na realidade o esmagamento do sindicalismo brasileiro, e com isto a perda total dos trabalhadores de reivindicar seus direitos, os quais são inalienáveis.

Maculou-se o sindicalismo brasileiro, quando se usou de dois pesos e duas medidas, e para afirmar isso, vai aqui a nossa

pergunta: por que não interviram na Federação das Indústrias de São Paulo? Por que não se colocaram ao lado dos trabalhadores, contra as multinacionais que não só exploram o País mas também a todos os trabalhadores?"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como havíamos anunciado já há uns meses atrás, e repeti desta tribuna, na semana transata, que apresentaríamos um projeto de lei, concitando a esta Casa à aprovação da emancipação político-administrativa do Distrito de Boa Vista da Aparecida, no Município de Capitão Leônidas Marques.

Por deferência especial, e para estabelecer um critério de justiça no encaminhamento da matéria, nós aguardávamos um entendimento com o Deputado Luís Alberto de Oliveira, e que, agora, estamos apresentando, independentemente da sua adesão formal, posto que o mesmo tem ponderações relativamente ao problema de divisas.

Com o devido apoio, estou encaminhando à Mesa, este Projeto de Lei, à apreciação desta Casa de Leis.

Sr. Presidente, de outro lado, assumo esta Tribuna para cobrar desta Assembléia um posicionamento a respeito de um pedido de informações encaminhado à Superintendência do Instituto de Previdência do Estado, aprovado no dia 27.06.79, subscrito pelo Sr. Deputado Edilson Alencar Barbosa.

Ocorre, Sr. Presidente, que, rebuscando os arquivos e as anotações deste Poder, nada foi encontrado que pudesse comprovar o atendimento dos quesitos formulados nesse pedido de informações, aprovado por esta Assembléia, e, como se vê, já estamos próximo do aniversário da aprovação deste pedido, e a Superintendência do IPE nem resposta deu, nenhuma satisfação formulou a este Poder, atendendo a um chamamento imperativo desta Assembléia.

E é neste sentido, Sr. Presidente, que encaminho um "xerox" à Presidência e à Comissão Executiva da Mesa desta Casa, no sentido de propor as medidas adequadas e cabíveis perante a legislação em vigor.

Não é possível que esta Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, fique a claudicar informações e depois de conseguida a sua aprovação em Plenário, que os Srs. Deputados que atenderam e entenderam necessárias as informações, serem prestadas, até agora a Assembléia não dispõe dessas informações para exame das pretensões formuladas no requerimento.

É neste sentido que fazemos, da tribuna a cobrança à Mesa Executiva desta Assembléia, no sentido de dar provimento às exigências legais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dedico, hoje, minha atenção à Universidade Federal do Paraná, não à crise da educação brasileira, não à crise dos sistemas de educação no mundo, nem vou falar tampouco sobre o ensino superior do Estado. Apenas à Universidade Federal do Paraná.

Ali chegaram todas as crises de que se têm ocupado os nossos estudiosos da educação. Houve tempo em que se respeitava a formação universitária e o templo em que se fazia essa formação. A Universidade Federal do Paraná tinha um bom conceito.

O movimento burocrático-militar de 1964 agravou a situação das escolas brasileiras. O General Meira Matos, o Coronel Passarinho, o Professor Flávio Suplicy de Lacerda, e tantos outros que a história há de reconhecer, tomaram a educação

superior, média e inferior em suas delicadas mãos. Passaram a educar os brasileiros.

As escolas brasileiras passaram a ser vistas no alinhamento dos interesses das multinacionais e dos tecnocratas, associados. Ou, segundo alguns, na perspectiva do desenvolvimento brasileiro.

Aquelas pessoas e seus seguidores passaram a manipular a educação brasileira para criar um novo homem brasileiro, a sua imagem e semelhança. Como o brasileiro não servia; a tecnoburocracia educacional — um ramo da tecnoburocracia a serviço das grandes empresas internacionais e algumas nacionais — passou a moldar o novo homem a partir dos bancos acadêmicos. Proibiu de pensar e agir por conta própria, à pretexto de que isso prejudicava a sua concentração nos estudos, na sua formação profissional. Proibiu a organização livre dos estudantes, substituindo-a por uma organização tutelada, para um novo tipo de pelego lustroso. Proibiu o exercício livre e consciente da cátedra, por um novo tipo de professor, funcional, que recebia o pacote didático, e deveria cumprí-lo com os métodos prescritos pela Universidade, pelo Ministério da Educação e Cultura. Proibiu os professores de terem ação e pensamento livres, obrigando-os à vassalagem em relação a novas doutrinas e novos mestres no aparelho de Estado.

Porém, 16 anos depois, a tecnoburocracia estatal formada pelo consenso das multinacionais com as grandes empresas nacionais chega à conclusão de que apenas retardou um processo geral de auto-determinação da sociedade sobre a educação. E teve que confessar o grande "fracasso", para não conceituar mais precisamente: a fraude, a corrupção e a usurpação do sistema educacional.

Dentro desse aspecto geral do processo que afetou a educação brasileira, devemos destacar particularmente a Universidade Federal do Paraná. Porque, as forças que assumiram o poder aqui, na particularidade de nossa situação, eram as mais incompetentes, e despóticas, além de corruptas. E porque, embora sendo o nosso orgulho, o tipo de sociedade que então tínhamos, não se integrava na vida universitária. Apenas destacava o seu brilho e alguns resultados.

Os sucessos políticos que estamos experimentando desde 1974, com a enorme pressão social para a redemocratização do País, encontram feroz e encarniçada resistência na Universidade Federal do Paraná. Ali permaneceu um reduto da incompetência, da oligarquia e da política de compadrio, apropriando-se do principal estabelecimento superior em nosso Estado.

Recentemente, consultando alguns documentos da Universidade Federal do Paraná, fiquei chocado.

A própria estrutura da UFP regulada em estatutos que constituem suas leis, é um desafio à legalidade.

Vejo que um assessor, Alsedo Leprevost, assessor do Gabinete da Reitoria da Universidade, é o Representante do Setor de Ciências Exatas; que o pró-Reitor de Ensino e Pesquisa, professor Eurico Back, é representante do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes; que o pró-Reitor de Pós-Graduação, Milton Giovannoni, é o representante do Setor de Ciências Biológicas.

Para mim, assessor da Reitoria, pró-Reitor são cargos de confiança e subordinados diretamente à Reitoria. Não podem ser representantes de um colegiado docente. E assim, se os estatutos pretendem estabelecer representações docentes, discentes e da administração universitária é com o objetivo de confronto de interesses e acordo de decisões. Ficou anulada por essa aberração representativa toda possibilidade de uma atuação colegiada.

Essa descoberta, de um sistema de fraude e de desvirtuamento do processo decisório na Universidade Federal do Paraná, me levou a observar alguns pareceres dos consultores da UFP. É que eu havia tomado conhecimento de que a burocracia e a autocracia aprenderam a decidir por pareceres, para da-

rem foros de legalidade a suas decisões arbitrárias.

Não sou jurista, mas acredito que todas as decisões que a Universidade Federal do Paraná vem tomando baseada nesses pareceres e nessa representação irregular não passam de fraudes, de usurpação de poderes e de manipulação do poder por um grupo de associados dentro daquela instituição.

Aqueles que pedem comprovação daquelas fraudes, aqui nós temos os documentos. Estão à disposição de todos os parlamentares que assim o desejarem.

A Universidade está fazendo, portanto, uma administração por pareceres.

De acordo com o artigo 9, do Regulamento Geral da Universidade, são órgãos deliberativos da Universidade, os seus Conselhos Superiores. As atribuições de cada um deles estão enumeradas no Estatuto da Universidade, cabendo ao Conselho de Administração, o tratamento de matérias ligadas à administração e a gestão econômica e financeira, e ao CEP, aquelas ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

No entanto, nos últimos meses, a Reitoria tem "poupado" os Conselhos Superiores, do trato de inúmeras questões, muito embora seja do entendimento do magnífico Reitor, que, ocorrendo divergência, a este Conselho de Administração compete normativar o entendimento a ser atendido pelos Departamentos dessa Universidade, exatamente como determina o seu Estatuto, no Artigo 18.

Este não tem sido o procedimento da administração. Inúmeras matérias que continham profundas divergências de entendimento, deixaram de ser encaminhadas aos Conselhos Superiores, sendo estes substituídos, por assim dizer, pela Reitoria, o que caracteriza, inegavelmente, o arbítrio, este arbítrio que está instilado em toda a vida da Nação brasileira, em todos os lugares, para contradizer ainda aqueles que acham que nós estamos realmente vivendo sob um regime democrático.

O Presidente da República ainda agora há pouco acabou de dizer que a abertura está aí, para quem quiser vê-la, só que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos no dia de hoje viram essa abertura nascer quadrada atrás das prisões a que foram levadas essas pessoas, por esse Regime que se intitula "democrático", e não tem pejo de fazer diante da Nação aquilo que fizeram em Ouro Preto.

Fala-se muito no folclore político, do caso acontecido com um ex-parlamentar, muito vivo, muito sibilino do antigo PSD, que no interior brasileiro mandou matar um adversário político e depois, além de mandar flores, compareceu ao velório e chorou. Isso está no folclore político.

Mas, o que nós estamos vendo nesta Nação brasileira, não difere muito daquele folclore político, porque aqueles que, prenderam, julgaram, enforcaram, esquartejaram Tiradentes, estão aí de maneira hipócrita a lhe render homenagens.

Essa é a colocação que deveríamos fazer rapidamente em relação àqueles episódios, quando o oficialismo depois de vários anos apanha aqueles democratas que eles mesmos sacrificaram no passado e vêm, como falou o nosso Presidente Ulisses Guimarães, "de maneira hipócrita lhe render tributos", depois de terem esmagado a luta daqueles que queriam ver uma pátria livre, não hoje, mas já naquela época, quando éramos como hoje, explorados pelos interesses forâneos.

Mas, eu volto ao caso da Universidade Federal do Paraná, onde está instalada uma ditadura menor, reflexo da ditadura maior, onde o arbítrio é cometido todos os dias. A Universidade que deveria ser um foro de debates, o carro-chefe para puxar o progresso de uma Nação, está submetida a elementos que não têm visão histórica, que estão olhando nos cargos que ocupam, somente os interesses maiores, não do povo brasileiro, mas, os interesses maiores dos senhores inúmeros que estão espalhados por este País, muitos deles simplesmente testas de ferro dos maiores ainda senhores do que eles e que estão lá, determinando quais devem ser as nossas decisões.

Esse recurso, do Parecer que estávamos falando, trata-se de um recurso que consiste em se administrar através de Pareceres.

O mecanismo é o seguinte: ao surgir determinada questão de ordem administrativa, como a exclusão de um professor, a contratação de outro, a Reitoria encomenda de sua Consultoria e Procuradoria Jurídica, um parecer sobre a matéria. A Consultoria Jurídica, que é um órgão subordinado à Reitoria, elabora pareceres obedecendo um critério particular.

Qual é esse critério particular?

É o casuísmo. Estes são feitos de modo a resguardar o interesse da Reitoria, na questão que estiver sendo tratada.

Não será possível, como pretendemos mostrar adiante a elaboração de vários pareceres, sobre uma mesma matéria, restando à Reitoria escolher dentre eles o mais adequado à situação, escolher aquele que lhe possa melhor interessar.

Selecionados os pareceres, estes são apensados aos processos e enviados aos departamentos, onde a Reitoria conta com a ignorância ou com a conivência da quase totalidade dos seus chefes, escolhidos logicamente de listas tríplices, pelo Reitor e também por certos professores. O papel que estes cumprem é o de receber os pareceres e acatá-los como se fossem decisões superiores inapeláveis. Os Departamentos que ousaram a se opor aos seus chefes e aos Pareceres encomendados, ao que parece nada conseguiram. É o caso, por exemplo, do Departamento de Psicologia, que não acatou parecer contrário à contratação de um de seus professores, entendendo que ele servia de pretexto para encobrir uma perseguição pessoal.

Houve, portanto, divergência. O processo deveria ser encaminhado a uma instância superior, onde a matéria teria que ser discutida e regulamentada. Isto nunca aconteceu! O processo foi arquivado e o professor simplesmente não foi contratado. Este é o caso do professor colaborador, Maurício Requião de Melo e Silva.

A Reitoria conta também com o receio que a grande maioria dos professores possui de fazer qualquer objeção a sua vontade soberana. Vejam bem aqui aquilo que ainda falamos há poucos minutos. A Reitoria conta também com o receio. Nós escrevemos receio aqui, mas a palavra mais apropriada seria medo, ou além do medo, pavor!

Então é isto que nós estamos falando aqui. Durante todos esses anos esse Regime conseguiu instalar no seio da sociedade o medo. E quando um professor de Universidade sente o medo, o que não esperar, por exemplo, do bóia-fria, do pobre e do trabalhador que está ali apegado ao seu salário-mínimo. Esse está subjugado pela ditadura; ele tem muitas vezes até medo de pensar. E é aí que nós temos compromisso com esta Nação. Nós precisamos fazer com que esta Nação recobre a sua postura, que que não fique com a espinha curvada diante dos seus algozes.

É necessário que toda a Nação se ponha de pé para denunciar, para verberar, para dizer que isto não está certo. Se uma Universidade tem dentro de seu "campus", nas suas salas de aula o medo escorrendo pela parede, nós não podemos nos surpreender com esses atos arbitrários, ilegais, ilegítimos que os detentores do poder praticam todos os dias.

E essas prisões, essas falsas comemorações precisam ser denunciadas à Nação que, me parece, através de grande parte de sua constituição, da sua formação já começa a olhar mais adiante, já começa a ver com clareza aquilo que aconteceu durante todos estes anos nesse malfadado pedaço desta humilhada e explorada América Latina.

Os professores sabem que normalmente acontece, sabem aquilo que acontece, a quem procede desta forma. A aprovação de projetos de pesquisa é retardado ao máximo; surgem empecilhos para se conseguir bolsas de estudo; pedidos de licença para pós-graduação e elaboração de teses tramitam meses sem definição e até demissões são feitas quando se trata de colaboradores e visitantes.

Ciente deste clima de medo a Reitoria se utiliza de mais um artifício irregular, com o objetivo de intimidar ainda mais os já temerosos professores. Consiste, este artifício, em aprovar pareceres para lhes dar um cunho mais "oficial". É sabido que poucos ousariam se opor a um parecer vindo de um órgão ligado à Reitoria, menos ainda se este parecer viesse aprovado pelo Magnífico Reitor.

Quem consultar o Estatuto da Universidade, verá que entre as atribuições do Reitor não está a aprovação de pareceres. Trata-se de um abuso de autoridade que está sendo cometido pelo Sr. Reitor. Não se editou ainda o AI-5 da Universidade, se bem que se espectro está por toda a Universidade.

Enquanto isto não ocorrer, continuam sendo os Conselhos Superiores, as instâncias autorizadas pelo Estatuto a deliberarem e normativarem. O Reitor ocupa uma função meramente executiva.

Este é o mecanismo pelo qual funciona a administração por pareceres e que serve para evitar que determinadas matérias sejam discutidas nos Conselhos Superiores, agilizando, desta forma, o cumprimento da vontade da Reitoria.

Uma questão exemplar, Sr. Presidente, foi a questão que envolveu a composição dos Departamentos. Diversos pareceres foram emitidos, alguns dos quais contraditórios, com o objetivo de evitar que determinados professores, ou categorias de professores, participassem das reuniões departamentais. Obter a maioria nestas reuniões, é de suma importância para a Reitoria, pois disto depende o encaminhamento de sua política. O controle da composição dos Departamentos é fundamental e a Reitoria não mediu esforços para conseguir-lo.

No que diz respeito à participação ou não dos professores auxiliares de ensino, no Colégio Eleitoral Departamental, -expressão aliás que não consta do Estatuto, nem do Regimento da Universidade e que, de maneira curiosa, substitui a expressão plenária departamental, afirmam os pareceres. Parecer do Consultor Jurídico, Luiz Alberto Machado, em resposta a ofício da Diretoria, de número 249: o Colégio Eleitoral Departamental é integrado pelos professores titulares, adjuntos e assistentes e pelos auxiliares de ensino. Os professores visitantes e os colaboradores não o integram. Agora vem o parecer do Consultor João Abujanra, contido num processo datado de 27 de setembro de 1979: os professores colaboradores e os professores visitantes, bem como os auxiliares de ensino, não foram nas reuniões departamentais, integradas pelos professores titulares, adjuntos e assistentes.

Note-se que os professores auxiliares de ensino são respectivamente incluídos e excluídos dos departamentos. É interessante frisar que o parecer de João Abujanra, em nada discorda da conclusão do parecer emitido pelo Professor Luiz Alberto Machado, que afirma um pouco antes; as indagações constantes dos autos, parecem-me aplicáveis no que couber às conclusões de pareceres pedidos pelo professor, Luiz Alberto Machado, ilustre componente desta Consultoria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, através destes pareceres, a Reitoria pode controlar a composição dos departamentos de acordo com seus interesses. As denúncias que trazemos aqui, são por demais graves, porque tocam diretamente à Instituição Universitária que deve ser preservada acima de tudo, para o bem do Estado e da Nação.

Mas me parece que muitos assim não pensam e não atribuem a esses fatos a importância que eles na realidade têm.

Nas vésperas da elaboração das listas tríplices, para Chefe de Departamento, em março de 79, foram baixados os pareceres que impediam os professores afastados de votar. Foi a primeira vez que isto aconteceu. E serviu para garantir a eleição de chefes de departamento, simpáticos à administração superior. Os reclamos dos professores foram respon-

didos com os mesmos pareceres e a matéria jamais foi normatizada.

É também como base nesses pareceres, que os professores colaboradores e visitantes estão sendo impedidos de participar de reuniões departamentais, o que inclui a reunião que elabora a lista tríplice, para chefia do departamento.

Este impedimento, a participação dos professores visitantes e colaboradores contraria as leis vigentes no País, contraria o Estatuto da Universidade Federal; conflita com o Regimento Geral e os regimentos setoriais da Universidade. Mesmo assim, todas as apelações feitas pelos professores foram respondidas com um dos pareceres acima citados. E a matéria jamais se esclareceu.

Com este exemplo citado, pode-se ter uma idéia do que é a administração da Universidade Federal. Dos recursos imorais de que faz uso, para garantir a estabilidade dos seus dirigentes e a veiculação de sua política.

Mas os expedientes imorais, apenas imorais, não são ainda os mais gerais; e não são os mais graves, não. Mais graves, nesse processo de corrupção administrativa, é o caso de fraude de pareceres que a seguir serão expostas, se os Srs. Deputados assim o pretenderem: estão aqui em nosso poder. Este caso diz respeito também à questão da composição dos departamentos, e o Parecer fraudado é o já citado, do Consultor Jurídico, Luiz Alberto Machado. O referido parecer, aprovado pelo Reitor, foi apensado a inúmeros processos diferentes. No entanto, ao processo número 010368, onde se solicitava esclarecimento sobre o direito de votos de professores licenciados, professores colaboradores e visitantes, nas reuniões departamentais, foi anexado uma cópia do referido parecer, que com um pouco de humor negro, se poderia chamar de "cópia livre". Quer dizer, o parecer é um; na hora de ser encaminhado, eles copiam livremente, para conseguir os objetivos a que se pretende. Isso é fraude, fraude da grossa. E é preciso que haja um paradeiro nessas coisas.

Nesses documentos que estão aqui provando a fraude praticada dentro da Universidade Federal, como já disse, vocês poderão verificar que se copia o original de maneira que bem se entende, para se colimar determinado objetivo.

Vou ficar por aqui, porque o Sr. Presidente já me faz sinal de que o nosso tempo está esgotado.

Mas, gostaria que aquelas pessoas que têm competência para analisar esses problemas, aquelas pessoas que têm responsabilidade nesse caso, deixassem de festejar um pouco a vida farta que as classes dominantes têm neste País, e que descessem à planície, onde todos nós vivemos, para ver que, na realidade, nós estamos chafurdando num lamaçal de corrupção; que muitos continuam diuturnamente e de maneira solene ignorando.

Na realidade, nós estamos vivendo sob uma temperatura altíssima que é gerada pelas injustiças que são praticadas neste País.

Volto, ainda, ao discurso do Sr. Presidente, para finalizar, ontem, em Ouro Preto, quando diz que nós, brasileiros, precisamos compreender que este País não é somente de alguns. Mas veja bem, quem está dizendo!

Nós estamos falando isso todos os dias: que nós somos Poder Legislativo, não somos Poder Executivo, como é Sua Excelência, por vontade do ex-Ditador Geisel.

É ele, juntamente com todo o sistema que está fazendo este País imenso ser apenas de alguns. Mas, para a televisão, para a imprensa, eles querem jogar de maneira diametralmente oposta, os fatos, os problemas, como na realidade o são.

A história fará justiça aos democratas; a história fará justiça àqueles que rasgaram várias vezes as Constituições neste País. Pelo menos é um consolo.

Talvez os descendentes de Tiradentes estão tendo nos dias de hoje, o consolo da luta que ele precedeu há muitos

anos, e que é a luta de todos nós patriotas e democratas brasileiros.—

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Carlos Hugo Wolff von Graffen, Prefeito Municipal de Telêmaco Borba.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiado, constante do expediente.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/79, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a Conferência Vicentina de Ibiporã, com sede e foro na Cidade de Ibiporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— **Aprovado pelo Substitutivo Geral.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia - Regional de Cascavel - Seção do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 3/80, de autoria do Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro na Cidade de Alvorada do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— **Aprovado, pelo Substitutivo Geral.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 4/80, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação Evangélica Nova Vida", com sede na Cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/79, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que declara de utilidade pública o "Albergue Noturno José do Patrocínio", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/79, de autoria do Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Deficientes da Audio Comunicação", com sede e foro na Cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 181/79), que autoriza o Poder EXECUTIVO doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, um terreno rural de propriedade do Estado, situado em Uvaranas, Município de Ponta Grossa, com área e demais características que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— Em discussão.

O SR. CYRO MARTINS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está em discussão o Projeto de Lei n.º 207/79, oriundo do Poder Executivo, referente a DOAÇÃO DE IMÓVEL de propriedade do Estado para a Fundação Universidade de Ponta Grossa.

No imóvel está instalado o Colégio Agrícola Augusto Ribas, numa área de 111 hectares ou seja 45,74 alqueires. Na doação estão incluídas as benfeitorias ali construídas com verbas estaduais e federais. Estas últimas conseguidas através de trabalho da comunidade do Colégio, com a eficiente colaboração do Dep. Mário Braga Ramos.

Das benfeitorias, fazem parte: o prédio residencial, auditório, oficinas, administração, unidade escolar, praça de esportes, granja de galinhas e demais melhoramentos.

No ofício n.º 1.793, de outubro de 1.979, a Secretaria da Educação afirma que:

"Embora a referida Fundação tenha recebido, por doação do Ministério da Agricultura, uma área de 224 hectares, 100 alqueires, destinada à construção de seu futuro **campus**, a excessiva distância entre o imóvel e o centro geográfico da cidade, dificultando o acesso face ao alto congestionamento do tráfego na rodovia Ponta Grossa - Curitiba e as condições geológicas desfavoráveis do terreno, que impedem ou dificultam, em alguns trechos, os trabalhos de implantação global das unidades universitárias, estão a desaconselhar o projeto original."

Com respeito a esta área de 100 alqueires cabe-me um esclarecimento aos nobres Deputados que irão votar em seguida:

Em julho de 1.969, entreguei Relatório da Prefeitura de Ponta Grossa, a Sua Excelência, o Ministro da Agricultura, Dr. Ivo Arzua Pereira, em que solicitava a doação de 100 alqueires da então Fazenda Modelo, para a Universidade de Ponta Grossa. As justificativas que ali apresentei sensibilizaram o paranaense Dr. Ivo Arzua Pereira, e tive a satisfação de entregar, em nome da Prefeitura de Ponta Grossa, o ofício que comunicava a liberação da área para a Universidade de Ponta Grossa.

Foi em outubro de 1.969 ou seja exatamente há 10 anos antes da Secretaria da Educação afirmar que o imóvel tinha o seu uso desaconselhável ao projeto original.

Em 10 anos, a evolução realizou inúmeras transformações, mas não alterou distâncias e nem transformou as condições geológicas de terreno, conforme afirma o ofício n.º 1.793.

Não houve solução de continuidade na Reitoria da Universidade, pois, passou de reitor para vice-reitor, depois de reitor para vice-reitor, numa verdadeira capitania hereditária.

As Reitorias nada realizaram no imóvel que lhes foi destinado, esboçando apenas, serviços de terraplenagem.

Em diálogo mantido com o Senhor Reitor Daniel Albach Tavares, meses antes da entrada do Projeto de Lei n.º 207/79 nesta Casa, este afirmou que o imóvel doado não atenderia devidamente ao Campus. Ponderei então da possibilidade de permuta por outra área da antiga Fazenda Modelo, hoje sob o domínio da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, cuja permuta, por outra estrada de acesso, eliminaria a desvantagem da distância, alegada pela Universidade.

Nas oportunidades que tive contacto com o Senhor o mesmo nunca comentou sobre a transferência do Colégio Agrícola Augusto Ribas para a Universidade.

Eis, porque, recebi com surpresa justificada o pedido de doação constante do Projeto que ora discutimos.

Segundo declarações posteriores do Senhor Reitor, Daniel Tavares, as medidas iniciais tomadas tiveram caráter sigiloso.

A Comissão composta para apreciar o assunto, tendo como membros o Engenheiro Éolo Doná, da Secretaria dos Transportes, da Arquiteta Denise, da FUNDEPAR e do Sr. Noel Samways da Universidade de Ponta Grossa, esteve no Colégio Agrícola Augusto Ribas, para "Apreciar" (entre aspas) as conveniências da doação do imóvel. Realmente a apreciação foi rápida, apenas num percurso de automóvel pelo pátio do Colégio, sem sequer chegar na administração e dialogar com o Diretor. Acompanhou a Comissão o Dr. Ricardo, Diretor do 2.º Grau.

A Arquiteta Denise, através de ponderações foi contra a instalação do Campus naquele imóvel, pois, é defensora e apoia os Colégios Agrícolas, nos seus propósitos e fundamentos educacionais.

Tenho certeza que as autoridades responsáveis pelo ensino no Paraná, escolheram uma Comissão capaz de atender os objetivos delineados anteriormente.

Também tenho certeza que diversos professores, cujos nomes abaixo transcrevo, teriam satisfação em participar da referida Comissão, como o Dr. Nelson Freshe, ex-diretor e Fundador do Colégio, o Agrônomo Dr. Domingos Cunha, fundador, o Veterinário Frederico Holmann, também fundador, o Dr. Ayrton Carneiro, veterinário, e o próprio diretor do C.A.A.R.

Vou descrever agora o Colégio Agrícola Augusto Ribas e suas deficiências de funcionamento na área.

O Colégio Agrícola Augusto Ribas mantém entre outros cursos o de formação de técnicos agrícolas e o Curso de Economia Doméstica.

Conforme Relatório do Dr. Ayrton Carneiro, a área disponível do Colégio é insuficiente para atender aos projetos de ensino e aulas práticas, uma vez que o mínimo exigido é de um hectare por aluno. O Colégio tinha no ano passado 347 alunos, portanto seriam necessários 347 hectares e conta com apenas 111 hectares de área.

Para completar as atividades agropecuárias o Colégio está utilizando uma área de aproximadamente 50 alqueires da EMBRAPA, onde desenvolve projetos de cultura de soja, trigo, milho, arroz, da bovinocultura, tendo como objetivo o aprendizado prático dos alunos, como também para atender a manutenção do estabelecimento com a participação direta dos estudantes. Deduz-se, daí que a área de terra já é insuficiente para a prática das aulas aos alunos do Colégio Agrícola, quanto mais, dividí-la para o Campus Universitário.

Tenho feito de minha profissão uma parcela considerável ao ensino na Região do Campus. Como Professor, desde 1954 e como Engenheiro do antigo Departamento de Edificações, desde 1956 minhas atividades têm sido em parte à educação.

Quando da fundação do Colégio Augusto Ribas, muitos dos professores-fundadores lecionaram gratuitamente durante um ano, para manterem o ensino em alto padrão. Eis, um dos motivos que defendo o ensino agrícola e a formação de técnicos habilitados para atenderem e assistirem racionalmente a agricultura e a pecuária paranaense.

Sou defensor e meus atos sempre demonstram da classe estudantil em geral, para sua elevação e nunca para tirar de uma e dar para outra determinados privilégios.

Após a transferência dos Colégios agrícolas para a Secretaria da Educação, tem-se sentido uma diminuição crescente na assistência que antes a Secretaria da Agricultura prestava. Para a manutenção destas escolas, após essa transferência, o Corpo docente e discente e Associação de Pais e

Mestres, têm destinado verbas da produção interna devidamente aprovada pelos órgãos estaduais, para não só a sua manutenção como também para aquisição de equipamentos agrícolas.

No ano próximo passado, o Colégio Agrícola Augusto Ribas ficou sem os seus principais equipamentos agrícolas, pois por determinação superior, foram deslocados para outra Escola; entre eles estão unidades compradas pelo próprio Colégio.

A Universidade de Ponta Grossa criou cursos puramente teóricos para formação de "Tecnólogos em Administração Rural" e Tecnólogos em Cooperativismo; com disciplinas ministradas dentro de quatro paredes, com duração de 18 meses.

Com todo o respeito aos formandos destes cursos, não posso deixar de aqui mencionar que vem em prejuízo nos campos de ação dos "Técnicos Agrícolas", com curso de duração em 4 anos, com aulas práticas e execução direta dos projetos agrícolas.

Outro prejuízo sensível que o Colégio teve foi a invasão que a Prefeitura de Ponta Grossa realizou nas benfeitorias e estábulos usados pelo setor de Zootecnia, bem como a demolição: pura e simples com buldozer de um trator, dos alojamentos dos alunos de Economia Doméstica, destruindo todas as instalações do prédio construído em alvenaria pelo então Inteventor Manoel Ribas. As alunas têm seus dormitórios hoje improvisados no auditório.

Face os empenhos do Governo, em 1978, a Procuradoria Geral do Estado teve ganho de causa, no entanto, nenhuma medida a SEC tomou para efetivá-la. O ato foi tão escabroso que o Dr. Antônio N. de Macedo da Procuradoria, afirmou no processo "como se vivêssemos numa terra lei". Sua Excelência tem razão. Pois, parece-nos que o ato demolidor do alcaide de Ponta Grossa, vai ficar impune.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para concluir:

1. a doação do imóvel em utilização plena pelo Colégio Agrícola de Ponta Grossa, não atenderá a instalação do Campus, face sua área estar totalmente em uso, não tendo condições favoráveis para ocupação de espaço físico, executando-se para as práticas esportivas, em horários que favoreçam a todos.
2. passados 10 (dez) anos, o imóvel de 100 alqueires que está ainda à disposição da Universidade, conforme entendimentos recentes que manteve com o Dr. Fernando Rodrigues Tavares, representante Estadual da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - no Paraná; pode oferecer, efetivamente a solução definitiva e eficaz para o Campus Universitário de Ponta Grossa, que almejo desde 1969. A solução seria a escolha de outra área da EMBRAPA, que, segundo informes que obtive, somente agora a Reitoria está providenciando.
3. há, também, possibilidades de compra de imóvel bem localizado do Ministério do Exército, em utilização pela 2a. Divisão de Levantamento, situada no contorno asfaltado da cidade. Como a 2a. D.L. será transferida de Ponta Grossa, torna-se bastante viável tal concessão.

São soluções plausíveis e que acatadas pelos administradores da nossa Universidade, poderão trazer a solução que todos nós desejamos.

Enfim: a área de terra existente no Colégio Agrícola Augusto Ribas não oferece condições para treinamento prático de campo nem para os seus próprios alunos, quanto mais para dividí-la com a construção de um Campus Universitário.

Planejamento é a palavra de ordem hoje no Brasil, temos a Secretaria do Planejamento e o Ministério do Planejamento. Quisera que esses órgãos realmente tivessem atuação direta nas decisões a serem tomadas, como é o caso presente.

Darei o meu voto favorável ao Projeto Governamental, mas me reservo o direito de fiscalizar as atuações que tiveram os favorecidos, na assistência ao Colégio Agrícola Augusto Ribas.

Mas direito tenho não só como representante de Ponta Grossa nesta Casa de Leis, como principalmente, professor fundador e participante ativo da criação do Colégio, tendo, como os outros fundadores, trabalhado pelo ensino agrícola, que nesses 20 anos, formou técnicos agrícolas, que vêm desempenhando sua missão no interior dos Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Estou e estarei sempre à disposição da Universidade, de seus estudantes e também de toda a comunidade de Ponta Grossa, na solução de seus problemas, que são nossos, nas reivindicações e no atendimento dos anseios de todos. Repito de todos.

Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Trajano Bastos — Ilustre Deputado Cyro Martins. Devo confessar de antemão a Vossa Excelência, que desconheço ou não conheço mais a fundo o problema que Vossa Excelência levanta hoje, com relação ao projeto que é encaminhado a esta Casa e de autoria do Governador do Estado.

Apenas, uma dúvida me assalta ilustre Deputado. Pelo que entendi da vasta explanação que Vossa Excelência faz sobre o assunto e se bem entendi, este projeto de lei, ou a pretensão governamental estaria em desacordo com pareceres anteriores, de técnicos que opinaram sobre o assunto.

Então, a dúvida que me assalta, é exatamente essa. Será que o Governador, Sua Excelência o Sr. Governador, mesmo conhecendo ou desconhecendo os problemas que ora Vossa Excelência levanta, tenha encaminhado este projeto de lei a esta Assembléia, com finalidades puramente políticas?

Quero deixar bem claro que não estou afirmando, estou solicitando neste aparte que Vossa Excelência me conceda, um esclarecimento para que possa me posicionar mais a fundo, e possa votar conscientemente este projeto que ora se discute.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. CYRO MARTINS — Esclareço que a Comissão que foi designada para apreciar a doação do imóvel, teve dois votos a favor e um voto com ponderações, defendendo o Colégio Agrícola. Mas, no parecer por escrito, a Comissão inteira aprovou a doação do imóvel. Mas uma Comissão cujos membros, embora sejam pessoas altamente capazes, técnicos que nós não podemos em hipótese alguma ter dúvida sobre seu trabalho, sobre a técnica que eles oferecem, eles desconhecem em parte os problemas do Colégio.

A Comissão aprovou a doação correto?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Também gostaria de me posicionar com relação a matéria, de vez que vejo pelo anteprojeto encaminhado por Sua Excelência o Governador Ney Braga, o desejo de transferir a propriedade do Colégio Agrícola e transferir também a sua administração à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. Fundação essa, que Vossa Excelência há de reconhecer, tem melhores condições de gerir o estabelecimento de ensino, de vez que é Fundação e tem uma possibilidade, uma flexibilidade até administrativa maior do que o próprio Colégio, no sistema rígido e no sistema tradicional.

Não vejo, eminente Deputado Cyro Martins, e gostaria de esclarecimento de sua parte, qualquer prejuízo para o Colégio. Pelo contrário, vejo com essa medida a possibilidade de se exterminar a dualidade de ação no mesmo campo, com

a possibilidade da Universidade e do Colégio somarem esforços em favor da educação de ensino médio, do ensino técnico e do ensino superior em Ponta Grossa. Portanto, gostaria que Vossa Excelência me esclarecesse, caso esteja equivocado. **O SR. CYRO MARTINS** — Nobre Deputado Luiz Alberto, em parte dou razão às suas ponderações, neste momento. Entretanto, o objetivo da doação é para a construção de um campus universitário, e não para anexação puramente do Colégio Agrícola à Universidade. O objetivo está bem claro no anteprojeto que o Governador apresenta para nós, para a Assembléia Legislativa, de que será destinado ao campus universitário da Universidade.

Estou provando justamente, que em função de medidas anteriores já tomadas, aquele Colégio vem sofrendo problemas que a Secretaria, o Governo está realizando, retirando seus equipamentos, inclusive tem mais uns fatores que vou citar, para que infelizmente não leve àquilo que nós pensamos, a extinção de um Colégio para benefício de uma outra classe, que é a classe universitária.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência poderia me esclarecer qual é a área total do terreno, do imóvel?

O SR. CYRO MARTINS — A área total do imóvel é 111 hectares.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Conheço escolas agrícolas que funcionam muito bem com uma área de 40 hectares, inclusive não quero polemizar com Vossa Excelência, quero apenas o esclarecimento da matéria. Em Clevelândia mesmo, no Colégio Agrícola Assis Brasil, nós temos lá 40 hectares para um número equivalente de alunos do Colégio Agrícola Manoel Ribas, e creio, não seria possível somar, resolver os dois problemas, o problema da Universidade e o problema do Colégio no mesmo imóvel?

O SR. CYRO MARTINS — Será possível. Deixo uma pergunta em suspenso. Será possível que se a área de 111 alqueires que o Colégio Agrícola tem hoje e como já mencionei anteriormente utiliza para seus projetos práticos, mais 50 alqueires da EMBRAPA, não só para atender as aulas práticas, mas aulas práticas devidamente realizadas, não as aulas práticas que nós vemos por aí. Para cinquenta alqueires só para aulas práticas, pergunto: Será que esse ensino, nesses outros colégios estão satisfazendo o aprendizado de nossos futuros técnicos agrícolas?

Além dos 111 hectares que correspondem a 45 alqueires, mais 50 são utilizados totalmente para atender o ensino de Ponta Grossa. E, nobre Deputado, é o Colégio tradicional do Estado, um dos mais antigos e que vem formando conforme vou explicar daqui a pouco, técnicos que orgulham e que estão trabalhando em todo o sul do País, não só no Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, nós "a priori" teríamos vontade de votar contra sobre este problema da doação deste terreno para a Faculdade. Mas como nós não misturamos "alho com bugalho", então temos um sentimento com o Sr. Reitor da Universidade, porque a Máfia, no ensino, é muito grande, o pobre não tem vez. Só quero sintetizar, dentro dos parâmetros de sua discussão, porque fala-se tanto bote-se verba neste Parlamento, o Governador sacrifica e quando um filho de um pobre pede transferência, tem aquela barreira, aquela burocracia que o Governo tenta terminar, mas que infelizmente para nós, homens do Governo, não termina.

Pedi uma transferência para um aluno pobre que estava estudando com dificuldades, solicitei não politicamente e vi que pedi em porta errada. Porque pedi por seu intermédio, pedi por intermédio do Deputado David Federmann, que são Deputados do Governo, deveria ter batido em outras portas. Mas solicitamos ao Sr. Reitor que está aqui presente, e ele nos disse que a Faculdade onde o menino estudava, não tinha

validade.

Pergunto a Vossa Excelência, pergunto ao Paraná e ao Brasil, se uma Faculdade não tem validade, como pode estar funcionando e tendo ciência as autoridades máximas e um Magnífico Reitor de outra Faculdade?

É por isto que estamos na falência das elites. Vou votar a favor, em homenagem a Vossa Excelência, em homenagem ao Deputado David Federmann, em homenagem ao meu Líder, que obedecemos, mas contrário à minha consciência e ao meu comportamento, muitas vezes indócil, mas sempre ao lado do povo.

Porque veja bem Vossa Excelência, lutamos para dar para a Fundação dinheiro, terrenos e quando um filho de um pobre paranaense precisa para estudar, ou para de estudar ou as portas das faculdades estão fechadas, com o pretexto que tem que derrubar uma Máfia de um Conselho que, muitas vezes, abre exceção para outros.

Era isto que queria dizer a Vossa Excelência e pedir vênua ao Sr. Reitor que está aqui presente. Vou votar favorável, respeitando nossa liderança, respeitando Vossa Excelência e nosso grande amigo Deputado David Federmann. Não interessa a maneira como me coloco perante o Reitor e seu Conselho. Só sei que injustiças são praticadas em diversas faculdades, porque os filhos dos pobres, tanto fazem por este Estado e País, não têm vez para, por exemplo neste caso que citei, pedir transferência de uma faculdade para outra, porque encontra barreiras burocráticas. É isto que revolta e é isto que o País vai mal no setor do ensino.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MARTINS — Deputado Gabriel Manoel, em parte, justifico esta ponderação, com respeito às transferências. Num dos primeiros atritos que tive com o atual Reitor da Faculdade de Ponta Grossa, foi justamente este; porque trouxemos problemas altamente justos de transferência e, infelizmente, não fomos atendidos.

Com respeito também a este problema financeiro em que um aluno gasta, na Universidade, quinze, dezoito, até mais de mil cruzeiros para atender o seu curso, é realmente difícil de se entender porque o que o Governo não dispense verbas maiores.

Temos a Reitoria e seus Conselhos que deliberam sobre isto e vamos, pelo menos, confiar que este trabalho, que esta aplicação das enormes verbas que recebem, estão devidamente aplicadas.

Votarei favorável dentro da minha consciência, daquilo que me leva a sempre proteger, a sempre trabalhar pelo ensino no Paraná. Mas, esta observação que faço é para que o nosso Colégio Agrícola, continue a funcionar, a formar técnicos, dentro das condições que vem fazendo até agora.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero confessar a Vossa Excelência que estou sendo alvo de um tremendo conflito, porque não entendo. Vossa Excelência vai para a tribuna e faz uma crítica veemente e desvelada ao projeto de lei. Acaba me convencendo que devo votar contra o projeto do Governo, e, por fim, Vossa Excelência conclama os Deputados a votarem a favor pelo menos trazendo esclarecimento aos Parlamentares que votará a favor porque não quer trair a sua consciência. Quero que Vossa Excelência me absolva. Estou em um conflito tão sério que preciso de seus esclarecimentos.

O SR. CYRO MARTINS — Nobre Deputado Tolentino, não estou em conflito, desde o dia em que tentei lutar e fazer ver à SEC, à própria Reitoria, a todos aqueles que queriam o Colégio Agrícola Augusto Ribas, disse que para o campus universitário não vai servir. E quero que eles provem que vai servir. Não quero ser contra uma iniciativa que alguns julgam que seja em proveito de todas as classes estudantis.

Quero ser a favor, para todas as classes serem atendidas.

A minha consciência está tranqüila desde o princípio das discussões, em que estive no Palácio do Governo, estive na Secretaria, na Reitoria. Sempre afirmei que iria votar a favor.

Mas, precisava apresentar as minhas observações e as contravérsias que objetivam esse projeto de lei.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Entendi perfeitamente a sua argumentação da tribuna da Assembléia Legislativa nesta tarde. O que Vossa Excelência vem fazer é um alertamento com relação a necessidade da manutenção do ensino agrícola, tradicional, no Colégio Agrícola Augusto Ribas, de Ponta Grossa, que vem formando gerações e gerações de paranaenses, num setor tão importante neste Estado eminentemente agrícola.

Mas, este seu alerta também foi objeto de preocupação do Governador Ney Braga, quando remeteu o anteprojeto à Assembléia Legislativa, de vez que o art. 2.º diz que "o Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas, passará a ser administrado e mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, não podendo as suas atividades sofrerem solução de continuidade".

Portanto, há um dispositivo de lei expresso, que deve ser obedecido tanto pelo atual Reitor da Universidade, tanto pela atual Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa, quanto pelas posteriores.

O SR. CYRO MARTINS — Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, nós estamos fazendo estas observações, tendo em vista as medidas anteriores que a própria SEC tomou, visando criar problemas para o bom funcionamento do colégio. E o próprio projeto de lei apresentado pelo Governo, tem uma contradição: objetiva a instalação do campus universitário, e também pretende garantir e manter o Colégio Agrícola.

Quero ver se vai atender esses dois artigos do projeto. É difícil, é impossível de atender.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, Vossa Excelência me permite, é uma intolerância, estou vendo que é uma intolerância da minha parte e reconheço. Mas essas contradições existentes no projeto precisam ser discutidas, precisam ser levantadas no Parlamento.

Não é chegar aqui, proclamar um posicionamento de natureza pessoal - e nós temos o maior respeito por Vossa Excelência, tanto que estamos atentos, ouvindo qual é a pretensão de Vossa Excelência.

Agora, dizer que o projeto apresenta um conflito contraditório, e não apresenta uma solução para que nós, Deputados, possamos acertar na deliberação de votação, nisso Vossa Excelência realmente comete uma injustiça com os Parlamentares. É um ponto que me traz o conflito declarado.

O SR. CYRO MARTINS — Nobre Deputado Tolentino, disse desde o começo que tinha minha decisão já tomada, mas precisava que fosse escrito, que fosse denunciado aqui o que acho deste projeto.

Não vai adiantar nada eu chegar e votar contra uma comunidade estudantil.

Todos os Srs. Deputados, dentro da consciência que nos leva ...

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... Mas proponha medidas conciliatórias, Deputado.

O SR. CYRO MARTINS — ... dentro da consciência que nos leva, aqui, como representantes do povo, dentro da nossa responsabilidade, votamos a favor, mas, tomando as garantias necessárias para preservação do ensino agrícola no Paraná.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência acha que o projeto não está adequado.

Pelo que entendo, o projeto não traduz, com objeti-

vidade, com clareza, a pretensão daquela Universidade.

O que o Parlamento precisa fazer, Deputado, é buscar soluções que sejam corretas, as mais adequadas para os objetivos maiores. E é por essa razão que até faço um apelo a Vossa Excelência: apresente soluções que estamos prontos a ajudá-lo nessa empresa.

O SR. CYRO MARTINS — Nobre Deputado Tolentino, já apresentei soluções ao Governador, à Secretaria da Educação, à Reitoria.

Providenciamos a doação de 100 alqueires para o campus universitário.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Mas, a este Parlamento, Vossa Excelência comete uma tremenda injustiça que tenho que declarar: é que Vossa Excelência não estando de acordo com o projeto, não apresenta uma solução adequada. Porque, se Vossa Excelência conhece profundamente os problemas atinentes àquela comunidade, comete uma grande injustiça de não dar oportunidade para o Parlamento deliberar com acerto.

Muito obrigado.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, francamente, hoje, quando peguei a Ordem do Dia, em meu gabinete, vim disposto a votar aqui, favoravelmente a essa doação de terra.

Mas, devo confessar que Vossa Excelência não me convenceu que não devo votar a favor do projeto do Sr. Governador.

O SR. CYRO MARTINS — E eu vou votar a favor.

O Sr. Deni Schwartz — Acho que a história terá um mau juízo do excelente engenheiro, do excelente Deputado, do excelente ex-Deputado de Ponta Grossa, que é Cyro Martins.

Porque, veja bem - e não há nada aqui de gesto de oposição radical, tanto que vim aqui para votar com o projeto do Governo, normalmente.

Mas, foi dito por Vossa Excelência:

1º — há uma insinuação de que esse Colégio Agrícola será engolido pela Universidade.

É tranquilo, pacífico, porque isso tem ocorrido normalmente. Se quisermos um exemplo, temos a Escola Técnica de Curitiba, tida e havida, no Brasil, como uma das melhores escolas, hoje em queda de conceito face existir lá curso superior.

O elitismo do curso superior acaba com aquela escola que lhe estiver agregada.

Isso em todo o País.

Então, primeiro, Vossa Excelência alertou que vai acabar com uma das principais escolas agrícolas, quase que a única, porque estamos com três ou quatro, apenas em nosso Estado.

2º — Vossa Excelência falou que, atualmente, a quantidade de terras do Colégio Agrícola é insuficiente. E sobre essa terra, iremos colocar um "campus" universitário!

Então, em segundo lugar, se votarmos a favor disso, estaremos tirando mais área de terra do Colégio.

E daí?

3º — Vossa Excelência citou favoritismo.

Se há favoritismo esta Assembléia não pode aprovar, deve saber quem está sendo favorecido com essa medida.

4º — Vossa Excelência me convenceu em votar contrário ao projeto do Governo, não por ser oposição, mas, principalmente pelo seguinte: Vossa Excelência foi o único Representante de Ponta Grossa, que vive naquela comunidade, e que vem aqui arcar, inclusive, com o ônus de se opor a essa doação.

Alguma coisa de mais palpável, de mais real, deve existir nisso. Nesse angulo tem gato, como se diz.

Agora, não entendo o voto de Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CYRO MARTINS — Nobre Deputado Deni Schwartz, há mesmo discordância nos próprios artigos do anteprojeto apresentado para nós.

Mas, o campo financeiro que se abre para recursos, principalmente de ordem federal, para as universidades, é muito grande.

Então, resta para mim, dentro da minha consciência, dentro do meu espírito de idealismo pelo Colégio Agrícola, que ele venha a ser beneficiado, mas se ele for prejudicado, eu serei um vigilante aqui e vou criticar a Reitoria, os seus administradores, os seus administradores e o próprio Conselho e o próprio Governo, se o Colégio for sacrificado. Mas eu pergunto. Será que na minha consciência tranquila, eu irei deixar escapar esta oportunidade de melhorar as condições do ensino agrícola? Porque temos duas alternativas: ou melhorar, ou piorar. Se for melhorar eu estou com eles, se for para piorar eu estarei contra eles depois. Vamos dar esta oportunidade à Universidade, para que aquilo que está escrito pelo Senhor Secretário da Educação, que o Senhor Governador endossou, seja realidade, e não seja isso que está acontecendo nos anos passados, em que o setor de ensino agrícola, está sofrendo dia-a-dia, menos assistência do Governo estadual, menos assistência, inclusive retirando equipamentos de um colégio que precisava desses equipamentos. A maior parte desses equipamentos foram adquiridos pela comunidade do colégio, e foram retirados.

Então aí é que fica a observação.

O Sr. Deni Schwartz — Mas Vossa Excelência está concordando em lavar as mãos...

O SR. CYRO MARTINS — Meu caro Deni, eu quero dar uma oportunidade a que eu esteja errado nas minhas afirmativas e eles estejam certos e se eu estiver certo, daí eu volto aqui e vou discutir de novo o assunto.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me dá, para prestar um testemunho à Casa, que, desde que essa mensagem chegou a esta Casa, Vossa Excelência tem constantemente se preocupado com a tramitação da mensagem e por diversas vezes foi adiada a votação, a requerimento de Vossa Excelência, que tem uma grande preocupação, efetivamente com o ensino agrícola.

Entretanto, se Vossa Excelência e o nobre Deputado Deni Schwartz, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, lerem com todo o cuidado a mensagem, a exposição de motivos, a justificativa da mensagem, irão ver que há espaço, tanto para o Campus universitário, como para o Colégio Agrícola e eu entendo a preocupação de Vossa Excelência, com relação ao ensino agrícola, que não é só no Estado do Paraná, mas em todo o Brasil, tem sido relegado a um plano secundário.

Eu verifico aqui nas discussões, que se fala muito em auxílio ao agricultor, em crédito farto, em preços mínimos compatíveis, mas as grandes causas que afligem a agricultura brasileira, raras vezes é comentada nesta Casa e entre as deficiências, eu incluo principalmente, o ensino agrícola, a pesquisa, o ensino propriamente dito, a formação de técnicos, a tentativa da fixação do homem ao campo, do filho do colono ao campo, a fim de que ele não venha para as grandes cidades, para as grandes metrópoles, abandonando o campo por falta de perspectivas melhores para o futuro.

Efetivamente, acho que a maior preocupação do Governo federal, jamais dos governos estaduais, seria exatamente isso: investir na pesquisa e na formação de técnicos agrícolas.

Veja Vossa Excelência que o Brasil não apresenta uma variedade na sua agricultura, uma melhoria nas sementes, porque exatamente não investem em pesquisas. O ensino agrícola é relegado a um completo abandono, que é que tem preocupado a Vossa Excelência, embora Vossa Excelência não

possa identificar na mensagem, a intenção do Governo de abandonar o ensino agrícola, para manutenção do Colégio Agrícola, mas é louvável essa preocupação de Vossa Excelência.

Eu não vejo incoerência nenhuma no encaminhamento de votação, e no voto proferido por Vossa Excelência. Não há incoerência. Vossa Excelência alerta, mas não quer com uma posição radical, impedir que o ensino pontagrossense receba do Governo Federal, que hoje é quem arrecada e distribui verbas nesse País. Quem tem o poder de tributação é a União. Só ela pode efetivamente prover os Estados de suas necessidades financeiras. Vossa Excelência não quer, com uma posição intransigente, impedir que o ensino de Ponta Grossa realmente venha a representar aspiração dos filhos pontagrossenses. Por isso Vossa Excelência está se posicionando favoravelmente à Mensagem, que é uma Mensagem muito boa, muito bem estruturada. Se Vossa Excelência estudá-la com acuidade necessária, Vossa Excelência vai ver que há uma preocupação também do Governo do Estado, em que, com esta doação, atinja o seu grande objetivo que é a continuidade do ensino agrícola em Ponta Grossa.

Também uma dúvida levantada pelo nobre Deputado Trajano Bastos, de que esta mensagem encerraria interesses políticos, ou pelo menos, atendimento de compromisso político. Talvez não seja verdadeira. Talvez, Sua Excelência quisesse estabelecer uma relação entre a escolha que fez o atual Prefeito de Ponta Grossa pelo partido governista e essa Mensagem.

Também não é verdade. Porque esta Mensagem está aqui há muitos meses, muito antes da decisão do Prefeito Luiz Carlos Zuk em transferir-se para o partido do Governo. Portanto, não há nenhum objetivo político na Mensagem. A Mensagem é apenas para atender o ensino pontagrossense, e, não é regulamentação da lei. Os temores que Vossa Excelência manifesta nesta Casa poderão ser objetos de uma troca de idéias entre Vossa Excelência que também representa o povo de Ponta Grossa, o nobre Deputado David Federmann e o Sr. Secretário de Educação Reitor da Universidade de Ponta Grossa. A fim de que regulamentado devidamente a lei, a Mensagem possa, efetivamente, atingir os seus altos objetivos.

O SR. CYRO MARTINS — Nobre Deputado Erondy, com respeito aos adiamentos que nós solicitamos, foi justamente para que pudéssemos manter entendimentos de novo, primeiro com o Governador do Estado, segundo com o próprio Secretário de Educação e Cultura.

Agora, sentimos da parte de Sua Excelência o Sr. Secretário, uma tendência muito grande para o ensino superior, mas essa tendência muito grande para o ensino superior, que não venha em prejuízo do ensino principalmente do 2º grau, que representa o Colégio Agrícola de Ponta Grossa.

Outro aspecto muito importante, que preciso mencionar aqui, que a nossa Universidade, por certas providências não tomadas, em tempo hábil pelos seus administradores, não têm conseguido verbas federais, substanciais para suas ampliações. E aí, é que eu fico em dúvida de como é muito mais fácil a Universidade de Ponta Grossa, receber um bolo pronto, do que receber os ingredientes e prepará-los. Aí então, que eu faço um alerta ao Sr. Reitor, ao seu Conselho, aos Srs. Professores que este ato de confiança, que a Assembléia está depositando, aprovando esta doação, para que seja um alerta mesmo, para que eles possam, daqui para frente, compreender que para conseguir as verbas federais, tem que ter um lastro, e esse lastro vai representar inicialmente o Colégio Agrícola Augusto Ribas.

O Sr. Trajano Bastos — Deputado Cyro Martins, devo dizer a Vossa Excelência com a maior franqueza possível, mesmo acatando e respeitando não faço isso por obrigação,

só por dever, porque Vossa Excelência realmente me merece a confiança.

Mas, Vossa Excelência me deixa realmente confuso. Eu não sei, devo confessar a Vossa Excelência, que não sei como votar esta matéria. E vou dizer a Vossa Excelência porque. Esta matéria, este anteprojeto foi enviado a esta Casa, aliás foi protocolado por esta Casa em dezembro de 79. E Vossa Excelência, como Deputado do Governo, que tem todo o acesso possível ao Gabinete de Sua Excelência o Governador do Estado, deixa passar todo este tempo sem oferecer a Sua Excelência o Sr. Governador uma alternativa para consertar os erros que Vossa Excelência mesmo confessa da tribuna. E pretende depois, criticando o projeto e dizendo que vai votar a favor e largar para esta Assembléia um abacaxi deste tamanho?

Perdoe-me, ilustre Deputado a franqueza. Não vai nela maroteza nenhuma. Mas eu estou, confuso! Não sei como votar! Agora Vossa Excelência, neste instante, além de colocar em dificuldade este Plenário, Vossa Excelência assume uma responsabilidade muito grande perante o futuro. Porque se vier a se concretizar os pontos de vista e as dúvidas levantadas por Vossa Excelência com respeito a esta matéria, Vossa Excelência futuramente terá perdida a autoridade de criticar aquilo que Vossa Excelência ajudou a provar.

Então devo confessar, estou confuso ilustre Deputado Cyro Martins. E por não saber como votar nesta matéria, não quero prejudicar as pretensões da comunidade universitária de Ponta Grossa, não quero também prejudicar o Colégio Agrícola Augusto Ribas, eu comunico a Vossa Excelência que, nessas condições, por não saber como votar eu me retiro de Plenário.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MARTINS — Muito obrigado, Sr. Presidente. —
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em discussão.

O SR. DAVID FEDERMANN — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para discutir, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. DAVID FEDERMANN — Sr. Presidente, eu como representante do povo de Ponta Grossa, e particularmente como um dos fundadores daquela Universidade que é um dos justos orgulhos do patrimônio cultural de nossa cidade, quero dizer e aqui justificar também o meu voto favorável à Mensagem que o Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga em boa hora enviou a esta Assembléia, para doar à Universidade de Ponta Grossa área destinada à construção do seu Campus. A Universidade de Ponta Grossa desde a sua instalação pelo então Governador Paulo Pimentel, cresceu muito. Hoje, com muito mais de cinco mil alunos, não tem mais espaço para sua expansão. Atendendo exatamente a esta reivindicação da Universidade de Ponta Grossa, porque não dizer de todos os pontagrossenses, é que enviou esta Mensagem, dando condições para que a nossa Universidade se expandisse.

Diversas verbas do Ministério da Educação estão condicionadas a este patrimônio, assim como vultoso empréstimo do FACCÍ que já está em poder daquela Universidade, não tem tido condições de aplicação, enquanto a Universidade não dispuser daquela área.

É exatamente por isso que o Sr. Governador do Estado do Paraná, atendendo a inúmeros reclamos da classe universitária, enviou ainda em dezembro, encarecendo Regime de Urgência para que as aplicações daqueles recursos do FACCÍ, do empréstimo do Facci dessem condições para que a nossa Universidade se expandisse.

É por isso que eu vejo a tramitação desse projeto já com atraso, poderá se atrasar mais ainda, se não houver compreensão dos nobres Pares para que votem e aprovelem esta Mensagem,

para que a nossa Universidade possa contar com aquela expansão que os paranaenses necessitam. Posteriormente, como muito bem disse o nosso Líder, a regulamentação dessa lei fará com que se diminuam essas arestas e haja compreensão de que o Colégio Agrícola de Ponta Grossa, sob a jurisdição de nossa Universidade e nossa Reitoria, terá melhores condições para o seu desenvolvimento e atender o seu objetivo de atender aquele ensino profissionalizante a que se destina.

O meu voto é plenamente favorável e apelo também para que os nossos ilustres Pares também assim o façam.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para discutir, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque).

Pela ordem, o Deputado Valduga, e logo em seguida o Deputado Deni Schwartz.

O SR. VALDUGA — A impressão que eu tenho é que está havendo assim um pouco de confusão na conceituação. O que trata aqui o anteprojeto, é no sentido de que seja doada a área, de vez que sendo ela de propriedade do Estado do Paraná, e sendo a Universidade uma Fundação, são pessoas jurídicas diversas. Então apenas para cumprir esta formalidade, muito embora seja Estado e Estado, mas juridicamente são institutos diferentes. Então daí há necessidade para que a Universidade de Ponta Grossa aproveite do terreno para construção, em parte dele do seu "campus", há necessidade que se formalize pela Assembléia.

Porque a transferência do Colégio independe da apreciação da Assembléia. É uma questão interna da Secretaria de Educação. Daí porque nós estamos tratando apenas da doação em si e também aqui no anteprojeto está plenamente justificado de que, artigo segundo, o Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas, passará a ser administrado e mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, não podendo as atividades sofrerem solução de continuidade. Acho que está muito claro, voto a favor, porque é uma Mensagem do Governador, séria, e acho que fica assim suficientemente esclarecido. Apenas aqui o ato da alienação da transferência. Esta sim precisamos tomar conhecimento. Agora, quanto à matéria, se bem que há recomendação, não é de nossa alçada, juridicamente, é de nosso interesse. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, para discutir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, quero dar os parabéns ao Deputado Cyro Martins por um fato que eu não vi, nesta Assembléia, durante cinco anos que sou Parlamentar: pela primeira vez uma mera doação criou uma polêmica e o mérito cabe ao Deputado que veio apenas dar o seu posicionamento. Estou na tribuna porque quero que fique registrado o posicionamento deste Deputado e que não é a primeira vez.

Estamos frente a um julgamento tipo Pilatos. O Governo está "lavando as mãos" das escolas agrícolas. Isto é uma constante do Estado, o que resta ainda, são escolas fundadas no tempo de Manoel Ribas. Como de resto, se ainda formos verificar, vamos ver que até o que presta em postos de saúde ou outras coisas, foram fundadas naquele tempo. Estão se fechando.

Quero alertar à Casa e quero deixar meu voto muito bem escrito agora, subi nesta tribuna para protestar e fui o único Deputado a votar contra a cessão da Central de Ferro do Paraná à União. E dizia, naquela oportunidade, o seguinte: o Governo Federal não vai pagar nada, porque não tem obrigações para o pagamento. Não tinha na lei nada que obrigasse o Governo Federal a pagar a Central de Ferro do Paraná.

Pelos jornais de domingo, saiu que o Governo do Paraná

vai assinar um protocolo abrindo mão da correção monetária. É o Paraná será ressarcido pela Central de Ferro do Paraná, com um milhão de cruzeiros e alguma coisa. Até estava preparando um pronunciamento a este respeito; porque naquela oportunidade vim à tribuna e fui o voto contrário à doação ao Governo Federal.

Parece-me que nesta lei ocorre praticamente a mesma coisa. Se bem que a Universidade de Ponta Grossa não seja Federal, mas é daquelas autarquias, daquele "jeitinho" brasileiro que nos últimos anos emprestaram o País. De fato, e o Deputado Luiz Alberto falou aqui, se não me engano foi este Deputado, que se pretende dar mais mobilidade à estrutura da escola, passando para Fundação. De fato, temos que dizer, o que se fez no País, foi desagregar o Estado, para fugir do controle dos Tribunais e da Assembléia. Esta a grande verdade. Se acabou com o Departamento de Água e Energia Elétrica, porque não tinha mobilidade, muito bem, criou-se a COPEL. Nós não fiscalizamos a COPEL. Acabou-se com o Departamento de Água e Esgoto, criou-se a SANEPAR. Quem fiscaliza a SANEPAR?

E a mesma coisa ocorreu em relação às Fundações.

Ao mesmo tempo que o legislador criou leis, impedindo o mau uso da coisa pública, o Executivo foi fugindo das normas que os Parlamentos haviam adotado.

E daí apareceram as fundações etc., etc.. Porque daí pode contratar, pode vender, pode não sei o que. Na concorrência tem isso. Tem aquele outro...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Um momento. Então, o que de fato o Deputado Cyro Martins trouxe a esta Casa, e nos alertou é o seguinte: ao mesmo tempo que estamos doando alguma coisa do Estado; ao mesmo tempo em que o Governo está lavando a mão, em relação ao ensino agrícola, porque está passando para uma fundação, não vejo movimento assim tão entusiasmado, para que exigíssemos a Federalização da Universidade de Ponta Grossa, a de Maringá ou de Londrina? Nós tínhamos até há pouco tempo, o Ministro da Educação. E quantas vezes nesta Casa foi pedido a federalização? De fato, e aqui está ao lado, por uma feliz coincidência, um agrônomo, que se formou na Escola Augusto Ribas. E me chamou ao lado e disse: — o que se pretende é elitizar o ensino. E de fato é isso que ocorre. Porque é bom que os Senhores Deputados saibam que lá da minha região, muitos e muitos filhos de colonos vieram para a Escola, em Ponta Grossa; inclusive com suas despesas pagas. E agora, o negócio se transforma em universidade. E o que vai ocorrer, Srs. Deputados? E o Deputado Cyro Martins teve o mérito de levantar esse problema. Vai ocorrer que dentro de dois, três, ou quatro anos, desaparece o ensino técnico e passa a existir o ensino elitista. Talvez até o pontagrossense esteja pensando estar aí a semente de uma faculdade, de uma escola de agronomia? Talvez. Não sei. E talvez esteja correto na sua briga. Mas nós paranaenses, como um todo, temos o dever, porque já fomos frustrados. Nós entregamos a Telepar; a troco de quê? Entregados a Central do Paraná, a troco de quê? E a Central do Paraná está se desmanchando, porque até hoje, Srs. Deputados, o Governo Federal não investiu um vintém na Estrada de Ferro. Estrada de Ferro que foi feita para uma velocidade de 60 quilômetros por hora e que não faz mais do que 20. E que já está inclusive com sua capacidade esgotada, devido a essa velocidade. Então esse problema realmente deve ser discutido nesta Casa. Entregar uma escola, por causa de recursos da União? Entregar um patrimônio, 110 hectares de terras a troco de verbas que talvez venham? Vem este ano e o ano que vem? E daqui há 20 anos? Nós estamos nos orgulhando de coisas de 50 anos atrás; de 40 anos atrás. Mas é tão instável, querer entregar 110 hectares de terras, praticamente destruir uma esco-

la, porque ela será destruída, indiscutivelmente. Para quê? Para poder receber uma verbinha? Mas não haveria necessidade, porque o Deputado Cyro Martins disse que quando Prefeito, ele ofereceu 100 alqueires de terras à Universidade. Não foi isso, Deputado? Não servem esses 100 alqueires? Acho que nós deveríamos até adotar uma política, em que o Estado deveria comprar mais terras e não menos. E cito Ponta Grossa, onde o IAPAR está fazendo um excelente trabalho, em pastagens, por exemplo, e que precisa de muita área de terra. E Vossa Excelência mesmo disse, que o colégio está usando áreas do IAPAR. O IAPAR está com experimentos de grama, por exemplo, a Estrela, a Ermatria, que é um orgulho para os técnicos do setor. Ao invés de arranjarmos mais áreas, estamos diminuindo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, em primeiro lugar quero fazer justiça ao atual Governo, que está investindo grandes somas no ensino agrícola do Estado do Paraná.

Vossa Excelência provavelmente não desconhece que a FUNDEPAR está investindo por volta de 80 milhões de cruzeiros, em estabelecimentos agrícolas, de todo o Estado do Paraná, visando reformá-los e adaptar especialmente seus alojamentos a melhores condições, para que os estudantes, os milhares de estudantes que cursam os colégios agrícolas neste Paraná, tenham melhores condições de educação.

Portanto, não concordo com a primeira colocação de Vossa Excelência de que o Governo não está atendendo ao setor do ensino agrícola, e trago a Vossa Excelência até a cifra do investimento governamental nesse setor.

Em segundo lugar, quero colocar exatamente as minhas palavras com relação à passagem do Colégio Agrícola Augusto Ribas para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, universidades que, no Paraná, precisam ser apoiadas e incentivadas.

Porque, o que nós estamos verificando hoje, é o Estado de São Paulo, por exemplo, em cidades que não têm, inclusive, condições de ensino, criando inúmeros cursos superiores, para os famosos cursos de finais-de-semana, e é preciso que o MEC tome uma providência para acabar com essa falsidade de pseudo-formados, existentes no País, face aos conhecidos cursos de final-de-semana.

Mas, o que nós verificamos, na verdade é que o projeto de lei, sem nenhuma paixão, sem nenhuma aderência partidária, se destina exatamente a quê? Possibilitar que a Universidade Estadual de Ponta Grossa erija o seu "campus" universitário, dê continuidade ao relevante trabalho educacional mantido pelo Colégio Augusto Ribas.

Não vejo nenhuma contradição neste anteprojeto de lei que Sua Excelência o Senhor Governador Ney Braga encaminha a esta Casa, porque, ao mesmo tempo que estabelece as regras pelas quais serão feitas as obras de edificação do "campus" universitário, estabelece uma norma legal para preservação do ensino agrícola de Ponta Grossa.

Com relação a uma discussão que Vossa Excelência faz hoje, a respeito de entidades para-estatais, Vossa Excelência sabe que este não é um problema paranaense, nem problema brasileiro, mas, na verdade um problema universal; não é o Governo brasileiro, nem tampouco o Governo Estadual, que tem agido como o Estado, através de empresas de economia mista ou empresas públicas ou de sociedades anônimas.

Creio, inclusive, e há diversos tratadistas, diversos administrativistas que têm analisado o assunto com profundidade — e realmente aí Vossa Excelência tem razão, porque o Estado é um ente jurídico, criado pela sociedade para a satisfação do bem-estar da mesma comunidade.

E o que nós verificamos hoje, no passado — e quando

falo "hoje", não quero que Vossa Excelência entenda que é uma obra do atual Governo, — porque obras meritórias no passado, como a PETROBRÁS, foram edificadas, e estão aí prestando serviço relevante à Pátria brasileira.

Não quero nem entrar no mérito das administrações da PETROBRÁS; não quero nem dizer se o trabalho da PETROBRÁS está sendo o melhor ou o menos ruim. Mas, quero dizer que era necessária a criação da PETROBRÁS, naquela época, que é uma sociedade de economia mista, como Vossa Excelência sabe.

Então, portanto, a descentralização administrativa não é obra deste Governo, não é obra da revolução, mas é uma certa exigência dos novos tempos, que estabelece e que exige do Governo uma maior agilização para o atendimento das necessidades das diversas populações.

Mas, creio que com essa imensidade de órgãos para-governamentais, meio-governamentais, realmente está se cometendo algum exagero neste Paraná e neste Brasil.

Veja-se, por exemplo, o caso da TELEPAR ou da SANEPAR, que só procura o atendimento de determinadas populações, desde que haja o pagamento dessas taxas de serviço. Ora, eu sou absolutamente contra isso, porque o Estado deve atender a todos, especialmente às camadas mais sofridas, às camadas que têm menos condições de pagamento dos benefícios públicos.

Este deve ser o princípio que norteia a própria Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa que tem um sistema invejável de financiamento aos alunos mais carentes.

A Universidade de Ponta Grossa não é a universidade que tem condições de resolver todos os problemas educacionais do Paraná, ou do Brasil. E nenhum de nós pretende, aqui, resolver todos os problemas educacionais do Brasil.

Mas, no campo educacional, devemos fazer justiça à Universidade Estadual de Ponta Grossa: é uma universidade que permite aos alunos do sudoeste, fazerem, lá, cursos bons, e se formarem.

Eram estas as observações que queria fazer às colocações diversas que Vossa Excelência faz da tribuna.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado

Luiz Alberto que, inclusive, aborda a descentralização. E o que prevê o projeto é uma centralização, absolutamente contrário à descentralização que também advogo.

Acho que a criação não foi dos governos revolucionários, mas, o que se combate não é a descentralização, é a fuga dos meios de controle das mãos de quem deve controlar essas entidades.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Se Vossa Excelência me permitir, diria que, nesse caso, não vai ocorrer, isso, especificamente. Porque, Vossa Excelência conhece a Lei n.º 5692, da Reforma do Ensino, e conhece o sistema estadual de educação. E sabe que o colégio de segundo grau, deverá se reger pelo sistema estadual de educação.

Portanto, o controle sobre a atividade do Colégio Augusto Ribas permanecerá também, nas mãos da Secretaria de Educação.

Quero trazer mais uma informação: infelizmente, todos os colégios agrícolas, infelizmente, cobram dos alunos a taxa de manutenção do pensionato que oferecem aos estudantes, taxa de alimentação, taxa de pouso, se posso assim dizer.

Portanto, não há o perigo de que o colégio se transforme numa entidade elitizante de ensino.

O SR. DENI SCHWARTZ — Exatamente onde queria chegar. É o fato novo que o ilustre Deputado trouxe à discussão.

Esses colégios agrícolas cobram uma pensão dos alunos, não cobram a educação em si, professores são pagos pelo Governo do Estado.

Muito bem, passado à Fundação, abre-se o leque — não hoje, nem amanhã — mas, poderá entrar, no futuro, um Reitor

que passe a cobrar a educação também desse alunos dessa Escola, se ela existir até lá.

O Sr. **Fidelcino Tolentino** — Nobre Deputado, estou preocupado, realmente, com essa situação. Situação aliás nova e que surgiu por força dos debates trazidos pelo Deputado Cyro Martins.

Há uma grande preocupação, no País, para dotar as camadas sociais de uma cultura técnico-profissionalizante, de nível médio, por assim dizer.

E o Colégio Agrícola Augusto Ribas parece ser um exemplo dessa forma de ensino. E a medida proposta pelo Governo do Estado, e manuseando, aqui, o projeto encaminhado a esta Casa, percebe-se que, após a eventual doação dessa área, perderá o Colégio Augusto Ribas, em grande parte, a sua autonomia. E passará a ser regido pela universidade com as injunções próprias da autonomia universitária, vinculadas as legislações que hoje, regem as universidades e que recentemente, ainda hoje nesta tribuna, muito bem colocou o problema universitário, ou as leis que regem a situação das Universidades hoje, pelo Deputado Waldyr Pugliesi, e se nós estamos preocupados em fazer ou formar uma mão-de-obra de nível médio, parece-me que esse projeto atenta contra esse princípio, principalmente porque a universidade vai se abiscoitar, vai se assenhorar de todo este imóvel, e o colégio vai ficar naturalmente vinculado à administração da universidade que, aqui no artigo terceiro do projeto do Governo, delineia a vida desse Colégio: "Observado o disposto, o imóvel, objeto da doação de que trata esta lei deverá ser utilizada na instalação do "campus" da Universidade."

E o artigo anterior é de que o "colégio agrícola passará a ser administrado e mantido pela Universidade de Ponta Grossa".

Se a Universidade de Ponta Grossa e todas as Universidades, já vivem numa vida de claudicância econômica e financeira, de cujas Reitorias estão hoje vinculadas absolutamente, umbilicalmente vinculadas às determinações dos chefes maiores, realmente nos causa uma preocupação muito séria, principalmente no estado em que vive a agricultura brasileira em que 2,25% do orçamento da República, somente é destinado à educação, e quando neste Parlamento nós estamos assistindo a um orçamento draconiano, dirigido a outro tipo de objetividade, que não o ensino, é de nos causar realmente estranheza, as preocupações trazidas pelo Deputado Cyro Martins, ao mesmo tempo que diz, declara, ou esclarece certos erros do projeto e se pronuncia favorável à sua votação e mais, Deputado Deni Schwartz: não é só o esclarecimento trazido por Vossa Excelência, do elitismo do ensino no País, não, é que nós estamos observando aqui, um outro aspecto.

O Secretário de Educação encaminha um ofício ao Governador do Estado, no crepúsculo do mês de outubro e no início do mês de dezembro, para dizer, um mês praticamente depois desta solicitação do Secretário de Educação, o Governo já encaminha apressadamente a esta Assembléia, para ser votado no período extraordinário, esse projeto de lei. Acontece que ele, vindo à discussão desta Assembléia, conquanto tenha recebido parecer favorável da Comissão Técnica, da Comissão de Constituição e Justiça, ele foi retirado por duas vezes de sessão: uma por 15 dias por requerimento do Líder do Governo, e uma outra, por três sessões, do Senhor Deputado Cyro Martins.

Agora, não se vê neste projeto qualquer documento da Direção do Colégio Augusto Ribas, que deveria ser trazido à baila a fim de ser discutido, porque ele tem interesse subjetivo nessa questão e não só subjetivo. Tem principalmente, interesse objetivo, porque está perdendo o patrimônio, e a liberdade de decisão dos interesses internos dos seus objetivos.

E é isto, Deputado Deni Schwartz, que me fez pedir o aparte a Vossa Excelência para esclarecer essa disfunção legis-

lativa, porque é odioso vermos um Parlamento tolhido da sua liberalidade, por falta de documentos adequados, na deliberação dos projetos e tenho reclamado em várias ocasiões, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, e se lá estivesse nesse dia, confesso a Vossa Excelência, que pediria vistas do projeto, como tenho feito em outros tantos.

Agora, tenho que aproveitar o aparte de Vossa Excelência para pedir o encaminhamento de um requerimento, para retirar de consideração desta Assembléia, por três sessões. Porque é necessário que o Colégio se manifeste nesse projeto.

Penso ser indispensável, até por uma questão de justiça, quem sabe até com a universidade, de justiça com o Secretário de Educação, e porque não dizer, com o próprio ensino paranaense.

Por essa razão, Deputado Deni, congratulo-me com o posicionamento de Vossa Excelência. E peço, que esta Casa aprecie um requerimento pedindo para retirar por três sessões a consideração do Plenário deste projeto. Porque me parece não só relevante mas, do maior espírito de justiça.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, quero conceder antes o aparte ao Deputado Palácios.

O Sr. **Palácios** — Nobre Deputado Deni Schwartz. Ouvi com atenção sua exposição, e ouvindo com atenção também a exposição do nobre Deputado David Federmann e do Deputado Cyro Martins. Parece-me que a confusão foi criada subjetivamente. Porque no artigo segundo, deixa claro que o Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas, passará a ser administrado e mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, não podendo suas atividades sofrerem solução de continuidade.

Aqui, tira a dúvida sobre as questões levantadas pelo nobre Deputado Cyro Martins. Porque ele tinha receio de que este colégio teria no futuro prejuízos quanto ao seu funcionamento. Mas, nós temos que deliberar sobre a matéria, sobre aquilo que nós temos de concreto e que está explícito no anteprojeto de lei. Parece-me que aí ficam esclarecidas as dúvidas e o colégio muito embora passe para a administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ele não terá solução de continuidade. Porque como foi já dito aqui, se os professores são pagos pelo Estado e dentro daquela fundação, parece-me que 69 ou 71% dos professores da Universidade, também são pagos pelo Estado.

E o colégio, pelo menos com relação aos professores, não teria problemas, não teria solução de continuidade em suas atividades.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Em resposta ao Deputado Palácios, afirmo o seguinte: para mim o artigo segundo não diz nada. Porque na lei que doou e eu discuti muito isso, a lei que doou a Central, Estrada de Ferro Central do Paraná, também tinha um artigo que dizia: o Governo Federal, ressarcirá o Governo do Estado. Além de que a redação deixa dúvida. Porque quem julgará no futuro, não podendo as suas atividades sofrerem solução de continuidade?

Amanhã ou depois, poderá ser fechado o colégio sob e que ele está continuando, porque tem uma faculdade de agronomia em cima. Poderia ser mudado, pode ser mudado, a lei poderá vir a ser mudada. A única coisa que garante a continuidade desse colégio, é o seu patrimônio, é o fato dele ser uma unidade autônoma. Porque fora disso eu não acredito. que através de uma lei que pode ser mudada, amanhã poderemos nós mesmos estar votando aqui, uma lei que não há mais interesse do ensino agrícola.

Concedo aparte ao Deputado Ayrton Cordeiro.

O Sr. **Ayrton Cordeiro** — Gostaria de fazer duas colocações. Primeira delas Deputado Deni Schwartz em relação ao aparte do Deputado Fidelcino Tolentino, que fez uma obser-

vação sobre o orçamento do Governo Federal, e fez uma alusão à importância que se dá à educação no Brasil.

Quero dizer que aqui no Paraná, nós podemos falar absolutamente de cadeia, porque o tratamento que o orçamento do Estado dá para a educação, é o melhor possível. Trago dois dados que são definitivos, concludentes, que não comportam discussão porque são números frios.

Em primeiro lugar, o maior crescimento verificado no orçamento para esse ano, ocorreu na área da educação.

O segundo dado, percentualmente também foi a educação, é a educação, o setor da administração do Estado, que mais cresceu no orçamento para este exercício. Então o exemplo, evidentemente para o Paraná, não vale, é descabido inteiramente. Aqui, felizmente a educação está sendo olhada da melhor forma, contemplada com a maior responsabilidade e com a maior seriedade.

Um outro aspecto: diante das dificuldades que as três Universidades Estaduais do Paraná estão enfrentando, nós já temos conhecimento que o Governo do Estado vai suplementar os recursos destinados a essas universidades. E esta suplementação, Deputado Deni Schwartz, importa em 600 milhões de cruzeiros, para atender ao ensino superior.

Claro que uma administração que faz todo este empenho, que faz este esforço ela dá importância à educação. Agora, uma indagação de caráter filosófico do problema: será que interessa a um Governo que se importa tanto com a educação, passar a administração de um Colégio Agrícola a uma Universidade, se não for para dar a este Colégio Agrícola um bom atendimento? Parece-me que a resposta também não comporta nenhuma dúvida. Até porque, sabe muito bem Vossa Excelência, Vossa Excelência que vem de uma região eminentemente agrícola, Vossa Excelência sabe que hoje um dos males que estão a afetar a educação brasileira, é exatamente a falta de melhor apoio, de maior amparo ao ensino médio profissionalizante, ensino técnico profissionalizante que é fundamental para o Brasil. Um País, como alguém já disse, de bacharéis desempregados.

Tenho a convicção, Deputado Deni Schwartz, que jamais poderia passar pela mente menos lúcida deste Estado, com alguma responsabilidade na área educacional, fazer este tipo de doação, este tipo de transformação legal, se não houvesse também e fundamentalmente o interesse em emparar o ensino técnico profissionalizante.

Sabemos também, que a Universidade Estadual de Londrina, inserida neste contexto de tantas dificuldades da Universidade Brasileira, é uma universidade que tem conseguido graduar os seus alunos com um bom nível, o que realmente é para o Paraná muito confortador.

Então, Deputado Deni Schwartz, as colocações que gostaria de fazer eram exatamente essas, e ao mesmo tempo fazer justiça ao Governo do Estado que está empenhado em fortalecer a Universidade do Paraná. Aliás, devo aqui também manifestar uma opinião pessoal a respeito desta matéria porque já foi objeto de discussões deste Plenário, a federalização das universidades paranaenses. E digo a Vossa Excelência de que esta talvez seja uma tese que não convenha ao Paraná, por uma razão simples: a universidade como um centro de debates, a universidade como um centro formador de pessoas, ela no Paraná vai oferecer recursos humanos para o nosso Estado. E teremos essas universidades ao nosso alcance, ao alcance da nossa juventude, quem sabe preparando uma geração mais capaz para responder pela administração paranaense em todos os sentidos.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Gostaria de discordar totalmente de suas colocações. Concorro de início quanto ao esforço do Governo do Estado, em relação à educação. Para início, concordo com este esforço. Mas, já dessa tribuna também comparando orçamentos do Estado do Paraná e do Estado do Rio

Grande do Sul, há dois anos atrás, trouxe a esta Casa o conhecimento de um dado absurdo; porque enquanto no Rio Grande do Sul se gastava à época um bilhão de cruzeiros no ensino médio, no Paraná nós gastávamos cerca de 600 milhões de cruzeiros. Mas em contrapartida, no Rio Grande do Sul gastava-se apenas um milhão e 500 mil cruzeiros no ensino superior e nós aqui, já estávamos gastando, naquele ano, 150 milhões de cruzeiros. Aí a fundamentação que estamos com dois erros.

Primeiro, levando o dinheiro para o ensino elitista, enquanto os Srs. Prefeitos Municipais batem às portas da FUNDEPAR, da Secretaria de Educação, dos Gabinetes dos Srs. Deputados, porque não conseguem pagar mais do que mil cruzeiros à uma professora primária. Nós estamos mantendo universidades, levando nossos orçamentos para as universidades que deveriam ter sido realizadas. Qual o segredo do Rio Grande do Sul que também tem diversas faculdades e universidades. Foi de que quando o Professor Parigot de Souza era do Conselho Federal de Educação, ele teve o topete de dizer: vou federalizar e federalizou a Faculdade em Santa Maria.

Quando o Sr. Tarso Dutra foi Ministro da Educação, ele não teve pejo e federalizou as Universidades do Rio Grande do Sul.

São Paulo, o maior Estado deste País, tem apenas três universidades estaduais, temos três também. Quer dizer, é este direcionamento, — eu não estou culpando o atual Governo, isto vem de antes, e talvez tenha sido a saída do Governo. Não estou culpando o ex-Governador Paulo Pimentel, quando fez isto, era a saída no momento. Mas há que se dizer, neste País, a viva voz, que estamos sendo passados para trás e aí a necessidade de federalização, para aliviarmos o orçamento, exatamente do ensino técnico, profissionalizante. Melhorarmos os orçamentos de ajuda às Prefeituras que pagam um mil cruzeiros por mês a uma professora. Por isto não há professoras e as que temos, não são professoras.

É este o debate, em primeiro lugar, quer dizer, nós gastamos muito dinheiro com as nossas universidades, em relação aos demais Estados do País.

Dizer que ficando nas mãos do Estado, vamos somar gente aqui, ficando nas mãos do Governo Federal, também ficarão pessoas aqui. O que não é justo, é nós pegarmos o ICM do Zequinha para formar profissionais que depois vão prestar seus serviços em outros Estados, como muitos médicos, engenheiros e advogados que vão do Paraná para o Mato Grosso, para São Paulo, para Santa Catarina.

Dinheiro retirado do nosso ICM. Daí a divergência com o ilustre Deputado. Antes de finalizar, quero dar a palavra ao Deputado Luiz Alberto, que me solicitou um aparte.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência analisou alguns problemas que acho que precisam ser esmiuçados nesta Casa. Um dos problemas é o do pagamento, do possível pagamento. Vossa Excelência parece ter uma bola de cristal que eu não tenho e diz que é possível que haja uma cobrança de anuidades com relação ao Colégio Agrícola Augusto Carneiro.

Ora, temos poderes para consertar nesta Casa. Podemos apresentar uma emenda a este anteprojeto do Governador e eu me disponho, inclusive, a subscrevê-lo, com Vossa Excelência, para que se impeça, legalmente, a cobrança de qualquer tipo de anuidade escolar. É a primeira colocação que eu faço. E quando a faço, eu também quero dizer que esta Casa, às vezes, é culpada por algumas leis que não são bem analisadas no Parlamento. Não é só o problema do desprestígio do Parlamento, não é só o problema institucional, não é só o problema constitucional, não é só o problema brasileiro. Mas é também uma falta de maior cuidado de todos os Parlamentares desta Casa, inclusive em cuja maioria eu me incluo.

Veja Vossa Excelência que este assunto foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e recebeu um parecer

favorável e um eminente Deputado de seu partido, o Deputado Renato Bernardi, que quando fez a análise do projeto em tela, disse o seguinte: examinando a justificativa apresentada pela mensagem, temos que a proposição virá atender às necessidades discentes e docentes, bem como técnico-administrativas daquela importante instituição de ensino superior em nosso Estado, o qual seja a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme a exposição de motivos que acompanha, subscrita por Sua Excelência, o Senhor Secretário de Educação, Ofício n.º 1793/79, de 26/10/79. E o que diz essa exposição que o brilhante Deputado Renato Bernardi se refere? Diz, entre outros parágrafos, o seguinte: "Embora a referida Fundação tenha recebido, por doação do Ministério da Agricultura uma área de terras, destinada à construção do seu futuro "campus", a excessiva distância entre o imóvel e o centro geográfico da cidade, dificultando o acesso face ao alto congestionamento de tráfego na Rodovia Ponta Grossa-Curitiba, e as condições geológicas desfavoráveis do terreno, que impedem ou dificultam, em alguns trechos, os trabalhos de implantação global das unidades universitárias, estão a desaconselhar o projeto original.

Esta Secretaria de Estado, após estudos conjuntos com aquela Fundação Universitária, sensibilizou-se com a possibilidade de construir a referida sede do imóvel, hoje ocupado pelas instalações do Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas, localizado praticamente dentro do perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa, o que viria permitir também a realização, naquele local, de atividades de desenvolvimento integrado de ensino, em regime de cooperação e mesmo manutenção do educandário, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa"

Então veja Vossa Excelência que o Governo não está despercebido, ou não está sem atenção para os problemas, tanto do Colégio Agrícola Assis Brasil, quando dos problemas da Universidade. Porque a Universidade está pleiteando um financiamento para a construção de seu "campus" universitário e precisa de uma área de terra como esta para poder implantá-lo.

A decisão governamental, quando encaminhou este projeto para a Assembléia Legislativa, foi no meu entendimento, uma decisão salomônica. Isto é, atendeu os interesses do ensino técnico-agrícola do nosso Estado e também os interesses do ensino superior do Estado do Paraná.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero deixar a minha posição com relação ao problema.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço, Deputado Deni Schwartz. Já que Vossa Excelência estava finalizando o seu pronunciamento; mas não poderia deixar de intervir neste momento em que se vota uma matéria de suma importância. E que a meu ver o Deputado Cyro Martins, na tribuna, me preocupou quando ele analisava esta Mensagem. Mensagem esta que nós já tínhamos estudado na Comissão de Justiça. O alerta feito pelo Deputado é válido. Mas Vossa Excelência há de convir comigo que hoje, com esta modificação que houve, a Escola Agrícola que estava afeta à Secretaria de Agricultura, e que ora passa à Secretaria da Educação, e que vem agora uma proposta de doação desta área de 110 hectares, e que a Escola Agrícola Augusto Ribas, de Ponta Grossa, passa a ser dirigida pela Universidade de Ponta Grossa creio eu, nobre Deputado, que a intenção é das melhores; e que o Governador fez, baseado no parecer técnico, que o próprio Deputado Cyro Martins confirmou da tribuna, dizendo que o parecer foi favorável à doação desta área.

Creio que a Universidade terá muito mais condições, com a sua equipe técnica dentro da Universidade, de dar orientação a esses alunos da Escola Agrícola, e que esta área apropriada para o "campus" universitário, tendo também a sua escola, não quer dizer que esses alunos tenham que, obrigato-

riamente, ocupar esta área para os seus conhecimentos agrícolas.

Foi bem mencionado que existe uma outra área de 100 alqueires, que está cedida pela EMBRAPA, para que a Universidade possa utilizar, poderá muito bem orientar esses alunos da Escola Agrícola.

E tenho que concordar com Vossa Excelência, com referência às três universidades, que são o grande ônus do Paraná; que nós gastamos exageradamente, e que esse dinheiro poderia beneficiar, de maneira extraordinária, todos os municípios, aprimorando o nosso ensino de primeiro e segundo graus, e esta federalização é uma luta de todos nós, e o Governo do Estado tem-se empenhado também para conseguir essa federalização. Quando é criticado o nosso atual Governador, que foi Ministro, de não ter conseguido na época a federalização, isso são condições que não ofereciam a oportunidade desta federalização.

Mas, vamos continuar nesta luta, porque é a única saída a federalização, mas, não quer dizer com isso que, enquanto não conseguirmos, tenhamos que fechar as universidades que tantos serviços têm prestado ao nosso Estado.

Vamos continuar dentro das possibilidades, e fazermos tudo para que um dia possamos conseguir esse intento, que é de todos nós.

Cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento e digo que, na realidade o pronunciamento inicial, com referência a esta matéria, deixou-nos um pouco meio sem saber para onde ir. Mas, analisando melhor o estudo feito, merece a nossa aprovação, depois do parecer técnico, e as condições que a Universidade terá de manter essa Escola Agrícola.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, o Deputado colocou exatamente o que talvez não tenhamos sido felizes em colocar. Entrega-se, hoje, o colégio de ensino médio à Fundação.

Nós devemos continuar a luta pela federalização, e, no momento em que se federalizar, desapareça-se não antes — desaparecerá o colégio que tem formado 100 alunos por ano, e que tem dado assistência, inclusive, aos alunos carentes.

As duas coisas se completam: no momento em que federalizarmos, perdemos o controle e provavelmente, perdemos o nosso colégio...

O Sr. Gilberto Carvalho — ... tomara que isso não aconteça nobre Deputado, porque aí teremos recursos para...

O SR. DENI SCHWARTZ — ... daí as razões pelas quais não entregar o colégio, e, sim, outra área. Nós não somos contra o "campus", se aquela área já destinada ao "campus" é muito longe, não é possível que a Prefeitura não tenha recursos, que o Estado não tenha recursos para adquirir uma outra área para o "campus". Mas, deixemos intato este colégio porque, senão, ele não sobreviverá. Que se arranje uma outra área ao "campus", mais próxima à cidade, dentro das condições necessárias. Será que o Estado do Paraná, será que a Prefeitura de Ponta Grossa não tem condições de comprar uma área de terras nas condições necessárias para o "campus", sem mexer com um colégio que já é tradicional? Colégio este, inclusive, que está ocupando toda a área existente? Mesmo porque, o ato seguinte, a nossa luta que deve continuar é no sentido da federalização, e aí não teremos mais o colégio.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Peço a Vossa Excelência que me conceda mais este aparte.

A notícia que nós temos é de que aquele colégio ministra aulas a filhos de agricultores, cobrando apenas quinhentos cruzeiros por mês com alojamento, refeição e aprendizado baseado em maquinaria que lá existe...

O Sr. Gilberto Carvalho — Um mil cruzeiros...

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... a notícia que recebi foi de

quinhentos cruzeiros; se for mil, que seja mil. Mas, não posso concordar com a insinuação seja feita pelo Deputado Ayrton Cordeiro, que vem fazer, num sentido atépejorativo, no meu modo de entender, de que a educação no Paraná tem seiscentos milhões no Orçamento.

Eu, primeiro, dirigi-me ao Governo Federal. Não falei do Governo Estadual. E acho que mesmo com seiscentos milhões, não serve ao ensino paranaense, porque é destinado às Universidades, principalmente ao ensino elitista, e, mesmo assim, as Universidades Estaduais cobram um valor mensal que fica muito além das possibilidades do pequeno agricultor, ou do homem de poucas posses, fazer com que o seu filho tenha acesso ao curso superior. Mas, experiências dessa natureza que querem implantar em Ponta Grossa, existe já em Jaboticabal, São Paulo, e que não está dando certo. E acabo de ouvir de minha Assessoria, que, realmente, está havendo um problema sério em Jaboticabal, porque existe esse mesmo fenômeno que querem implantar, em Ponta Grossa, por esse projeto.

No demais, os outros colégios de ensino médio profissionalizante, ou técnico-agrícola, como é o caso de Guaraçuva, vêm sofrendo uma série de dificuldades.

Na legislatura anterior, o Deputado Trajano Bastos veio aqui, insistentemente, desta tribuna, solicitar do Governo do Estado, um apoio para aquele colégio não ser extinto por falta de condições de funcionamento.

O Colégio de Foz do Iguaçu também vive em crise, exatamente por falta de condições.

E aí, onde irá estudar o filho do agricultor que precisa de um colégio de nível profissionalizante, o único capaz de lhe trazer uma mão-de-obra adequada para servir ao País?

Por essa razão, Deputado Deni Schwartz, achei necessário trazer à colação mais estes informes para ficar em seu pronunciamento, para que, no futuro, se possa julgar com perfeita harmonia, todos aqueles objetivos a que se propõe à discussão.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Antes de mais nada, nobre Deputado Deni Schwartz, desejo manifestar independência, da maneira de como este Deputado vai votar, em aspecto que chama bastante a atenção: há pouco o Deputado Ayrton Cordeiro, um dos mais capazes desta Casa, enaltecia todas as condições de ensino do Estado do Paraná.

Contrapondo-se, completamente, ao exposto pelo Deputado Cyro Martins, e dizia que a Universidade de Ponta Grossa não tem condições nem de gerir-se, nem de dar condições aos seus alunos.

Portanto, não estava em condições de assumir o comando do Colégio Agrícola Augusto Ribas.

O SR. CYRO MARTINS — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O Deputado Nestor Baptista está falando uma inverdade.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua com a palavra o Deputado Deni Schwartz. Não vejo o Regimento ferido.

O Sr. Nestor Baptista — Logo depois, o Deputado Gabriel Manoel dizia que o pobre está proibido de estudar neste Estado.

E devo me somar, confesso, aos dois pronunciamentos feitos: o do nobre Deputado Cyro Martins, quando dizia, a respeito das condições da Universidade de Ponta Grossa, como também ao Deputado Gabriel Manoel quando disse, e reitera, que o pobre não tem condições de estudar no Estado do Paraná.

O Deputado Ayrton Cordeiro destaca todas as condições de ensino em nosso Estado.

Então, são coisas que, realmente, não entendemos. Principalmente após a exposição bem feita, bem fundamentada, do Deputado Cyro Martins e, lamentavelmente, com um desfecho de entristecer este Parlamento, porque tem uma opinião contrária a ela, ninguém sabe porque.

Não há "quorum" para votação desta matéria, hoje. Tenho a impressão que ela voltará a ser discutida. E haverá maiores condições para que possam se manifestar.

A Universidade de Ponta Grossa, através do Deputado David Federmann que, também usou da tribuna, na tarde de hoje, expondo plenamente aquilo que pensava e que pensa a Fundação Universidade de Ponta Grossa e também o Colégio Agrícola Augusto Ribas que, me parece, ainda não foi devidamente ouvido para que possamos ter uma deliberação desta matéria.

E, para encerrar este meu aparte a respeito ainda das totais condições deste "Xangrilá" educacional que é o Paraná, os gabinetes estão superlotados, diariamente, de alunos, procurando bolsas de estudo. E a Universidade de Ponta Grossa é um exemplo disso. Diariamente recebo gente de Ponta Grossa, em dificuldades, para pagar os seus estudos, não só de Ponta Grossa, mas de Curitiba muito mais, porque o estudo, na realidade no Paraná, não é o que apregoeou esse companheiro que respeito, profundamente, nobre Deputado Ayrton Cordeiro.

O Sr. Ayrton Cordeiro — Deputado Deni, só para o Deputado Fidecino Tolentino fixar melhor o que este parlamentar afirmou. Não falei que o orçamento do Estado destina para as Universidades do Paraná, seiscentos milhões de cruzeiros; disse que o Governo do Paraná vai entregar às Universidades, como recursos extraordinários, além da dotação orçamentária, seiscentos milhões de cruzeiros.

Peço a Sua Excelência que, quando fizer colocações como aqui fez, anteriormente, tentando imputar a este Deputado algo que não foi dito, por mim, que tenha um pouco mais de cuidado.

Disse e confirmo: é a educação o setor da administração estadual que tem a maior participação no orçamento para esse exercício, e é a educação o setor que recebeu o maior crescimento percentual em relação ao ano passado, no orçamento para esse exercício. Ora, quem faz isso, dá importância à educação.

Que me perdoe o Deputado Tolentino e muito obrigado pela sua gentileza.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, agradeço e peço desculpas aos nobres Deputados, inclusive por estar ocupando esta tribuna, mas, acredito que o ilustre Deputado Cyro Martins abriu um outro tipo talvez de debates nesta Casa e de fato me preocupa muito o fato de nós abrirmos mão de muita coisa, para pegarmos algumas migalhas do rei. Já aconteceu isso algumas vezes: Cedemos algumas coisas para pegarmos - isso principalmente nas prefeituras é comum. Se assinam convênios, nos quais as prefeituras entram com tudo, menos com a placa. Então, o mesmo acontece com o nosso Estado. Parece-me que todos nós queremos proteger o patrimônio do nosso Estado e preocupa que amanhã não tenhamos mais essa tão tradicional escola que é a Escola Agrícola de Ponta Grossa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidecino Tolentino, solicitando seja adiada a votação do Projeto Lei n.º 207/79, por três sessões. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa).

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

Seis Senhores Deputados o aprovam;

Quatorze Senhores Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão, e conseqüentemente fica prejudicado o requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino.

Continua em discussão o projeto.

Encerrada a discussão.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que cria o Distrito Administrativo de Cachoeira no Município de São José dos Pinhais, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Erondy Silvério, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para comporem a Comissão de Inquérito para investigar possíveis irregularidades no DETRAN.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja efetuado estudos visando a criação da comarca no Município de Mangueirinha.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Indústria e do Comércio, ao Conselho de Desenvolvimento Industrial e ao Sr. Superintendente da SUNAB, no sentido de que sejam concedidas cotas para empresas da região oeste de moerem o trigo produzido na região.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo sejam efetuados estudos com vistas a um aproveitamento racional da Ilha de Superagui, através da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o reinício das obras de asfaltamento da estrada Bela Vista do Paraíso - Sertãoópolis.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., encarecendo a estadualização do trecho de estrada que liga a BR-277, passando pelos Distritos de Borman e Medeiros até a divisa com o Município de Quedas do Iguaçu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Saúde, Previdência Social e da Justiça, protestando contra a implantação do Sistema de Planejamento Familiar, bem como seja oficiado à CNBB, aplaudindo as posições da Igreja sobre o momentoso assunto.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo providências

no sentido de que seja construída uma escola de 1.º grau na localidade de Colônia Baldino Cunha, Município de Campo Largo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, reiterando solicitação no sentido de que sejam efetuados reparos na estrada do Cerne, que liga Curitiba a Pirai do Sul.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Delazir Teixeira, Presidente da Associação dos Servidores Municipais de Paranaguá, pela sua eleição, eleito pela Chapa "Elpídio Fabrizzi", bem como a todos os integrantes da mesma.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de um módulo esportivo no Município de Guaraniaçu.— Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo pronta liberação de todos os operários, líderes sindicais e religiosos da região do ABC paulista, bem como seja assegurada a liberdade sindical.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de apelo no sentido de ser incluída na Reforma da Organização Judiciária do Estado, a criação e instalação do Distrito Judiciário de Praia de Leste, com jurisdição até Pontal do Sul e Colônias.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo imediatas providências no sentido de que seja concluído o "Acesso" Mamborê-BR-369.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pelo sistema criado visando segurança nas estradas reprimindo os freqüentes roubos de café transportados por caminhões.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial da "Folha de Londrina", tendo por título "Londrina na Luta Municipalista".— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo providências quanto ao clima de insegurança e violência que está ocorrendo no setor urbano (Vila Parolin). **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Secretaria dos Transportes e D.E.R., no sentido de que informem, quais as razões da inteira paralização das obras de asfaltamento de trecho da estrada Umuarama-Maria Helena.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da ELETROBRÁS, encarecendo seja formulado o programa para atender a eletrificação rural ao Paraná, para o ano de 1980.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. General Antônio Carlos de Andrada Serpa, ex-Chefe do Departamento de Pessoal do Exército.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, consubstanciado em pedido de informações sobre um

rol de questões relativas ao atendimento da referida Secretaria.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55 e 204/79.
EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 207 e 209/79.

Levanta-se a sessão.